

PREGÃO PRESENCIAL - SRP nº 050/2019.

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de filtros de ar, filtros de combustíveis, filtros de óleos lubrificantes e óleos lubrificantes (inclusive a mão de obra para troca dos itens) em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Catalão para o período de 12(doze) meses, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I).

INDICE:

1. Do preâmbulo;
2. Da legislação aplicada e instrução normativa;
3. Do valor máximo estimado da aquisição;
4. Da consulta, divulgação, esclarecimento e impugnações ao edital;
5. Da dotação orçamentária;
6. Das condições de participação;
7. Do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços;
8. Da forma de apresentação dos envelopes “Proposta de Preços” (Nº01) e dos “Documentos de Habilitação” (Nº02);
9. Do credenciamento;
10. Da proposta de preços (Envelope Nº 01);
11. Dos documentos de Habilitação (Envelope Nº 02);
12. Da abertura dos envelopes de proposta de preços e do julgamento e classificação das propostas;
13. Da abertura dos envelopes de habilitação e conclusão;
14. Da contratação e execução;
15. Da formalização, vigência, rescisão e publicidade da Ata de Registro de Preços;
16. Da rescisão da Ata de Registro de Preços;
17. Do órgão gerenciador e dos órgãos participantes da Ata de Registro de Preços;
18. Da utilização da Ata de Registro de Preços por órgão não participante;
19. Das alterações da Ata de Registro de Preços;
20. Dos recursos administrativos;
21. Das disposições gerais.

ANEXOS:

- I- Termo de Referência;
- II- Modelo de Proposta;
- III- Minuta de contrato;
- IV- Modelo de Ata de Registro de Preços;
- V- Modelo de procuração;
- VI- Modelo de declaração de inexistência de fatos impeditivos da habilitação;
- VII- Modelo de declaração de que não emprega menores de idade;
- VIII- Modelo de declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte;
- IX- Modelo de declaração referente ao artigo 9º, III, da Lei 8.666/1993;
- X- Modelo de minuta de portaria e suplente contratual.

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2019.
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP.
PROCESSO Nº 2019007579.**

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

1. DO PREÂMBULO:

PROCESSO:	2019007579.
INTERESSADOS:	Município de Catalão – Secretaria Municipal de Saúde de Catalão – Fundo Municipal de Saúde de Catalão - FMS.
MODALIDADE DA LICITAÇÃO:	Pregão Presencial.
TIPO DA LICITAÇÃO:	Menor preço por item.
JULGAMENTO:	Por item.
FORMA DE FORNECIMENTO:	Parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria solicitante e de acordo com o estabelecido no Termo de Referência (Anexo I).
RESPONSÁVEL PELAS AQUISIÇÕES:	Velomar Gonçalves Rios.
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO EDITAL:	Marcel Augusto Marques.
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA:	Fernando César da Costa.
DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES:	23/05/2019.
DATA DA ABERTURA E JULGAMENTO:	23/05/2019.
HORÁRIO:	08h:30min.
LOCAL:	Auditório da Prefeitura Municipal de Catalão.

O MUNICÍPIO DE CATALÃO - GO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº01.505.643/0001-50, com sede administrativa na Rua Nassin Agel, 505, Centro, Catalão-Goiás, por meio da **Secretaria Municipal de Saúde** e do **Fundo Municipal de Saúde de Catalão - FMS**, por intermédio de seus Pregoeiros, nomeados pelo **Decreto Municipal nº 1.037 de 17 de julho de 2018** e da Equipe de Apoio, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados acima fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, a ser regido na forma de **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

1.1. OBJETO: Registro de Preços para **futura** e **eventual** aquisição de filtros de ar, filtros de combustíveis, filtros de óleos lubrificantes e óleos lubrificantes (inclusive a mão de obra para troca dos itens) em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Catalão para o período de 12(doze) meses, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I).

1.2. Nos termos do artigo 1º, parágrafo único da Lei 10.520/2002, declara-se que o objeto a ser licitado possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital e anexos, por meio de especificações usuais no mercado, sendo possível a realização do procedimento na modalidade Pregão Presencial.

2. DA LEGISLAÇÃO APLICADA E INSTRUÇÃO NORMATIVA:

2.1. Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e suas alterações posteriores; institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

2.2. Decreto Federal nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013: Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

2.3. Decreto Federal nº 8.250 de 23 de maio de 2014: Altera o Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

2.4. Decreto Municipal nº 1.499 de 29 de maio de 2007: Dispõe sobre a regulamentação da licitação na modalidade pregão na forma eletrônica, no âmbito municipal (**Aplicação por analogia nas disposições que couberem**);

2.5. Decreto Federal nº 8.538 de 06 de outubro de 2015: Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;

2.6. Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993: Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

2.7. Decreto Federal nº 3.555 de 8 de agosto de 2000: Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;

2.8. Decreto Municipal nº 582 de 31 de agosto de 2017: Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no Art. 15 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e dá outras providências;

2.9. Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006: Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999;

2.10. Lei Complementar nº 147 de 7 de agosto de 2014: Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, e as Leis nos 5.889, de 8 de junho de 1973, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 9.099, de 26 de setembro de 1995, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e dá outras providências;

2.11. Instrução Normativa nº 00008 de 07 de dezembro de 2016 do Tribunal de Contas do Estado de Goiás: Estabelece orientações aos Municípios Goianos sobre a aplicação da Lei Complementar nº 123/06 na realização de procedimentos licitatórios;

2.12. Lei nº 13.726 de 8 de outubro de 2018: Racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação;

2.13. Decreto Federal nº 9.488 de 30 de agosto de 2018: Altera o Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e o Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011, que dispõe sobre o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISIP, do Poder Executivo federal.

3. DO VALOR MÁXIMO ESTIMADO DA AQUISIÇÃO:

3.1. O valor **MÁXIMO ESTIMADO** das aquisições será de **R\$ 160.502,96 (cento e sessenta mil, quinhentos e dois reais e noventa e seis centavos)** cujos valores médios de cada item consta da tabela apurada pelo Departamento de Compras e Suprimentos da Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde - FMS, anexada aos autos e de acordo com o valor **MÁXIMO ESTIMADO** por item constante neste Termo de Referência, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93.

4. DA CONSULTA, DIVULGAÇÃO, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

4.1. O **EDITAL** e respectivos anexos poderão ser consultados por qualquer interessado, durante o prazo de divulgação da Licitação até o recebimento dos envelopes no Núcleo de Editais e Pregões do Departamento de Licitações da Prefeitura de Catalão, localizada no endereço indicado no rodapé, **no horário normal de expediente, compreendido das 08h às 11h e das 13h às 16h**, ou ainda via internet, no endereço eletrônico: www.catalao.go.gov.br.

4.2. O **AVISO** deste Edital será publicado no Placard de Avisos da Secretaria e da Prefeitura, no Portal do Município de Catalão (site internet), no Diário Oficial do Estado de Goiás e em jornal de grande circulação e o **EDITAL** cadastrado no Portal dos Jurisdicionados - Sítio do TCM/GO.

4.3. **Até 02 (dois) dias úteis**, antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão Presencial, **devendo protocolar o pedido por escrito no protocolo da Prefeitura, destinada ao Núcleo de Editais e Pregões do Departamento de Licitações, no endereço discriminado no preâmbulo deste Edital, no horário normal de expediente, compreendido das 08h às 11h e das 13h às 16h, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de até 24(vinte e quatro) horas.**

4.4. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus anexos poderá ser encaminhado, por escrito, ao Pregoeiro, no prédio do Departamento de Licitações, ou pelo e-mail nucleoeditaispregoes@catalao.go.gov.br ou ainda pelo fone **64 – 3441-5081**.

4.5. As dúvidas a serem dirimidas por e-mail ou telefone serão somente aquelas de ordem **estritamente** informal, sendo as demais formuladas por escrito, via protocolo.

4.6. Caso seja acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

4.7. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital, por qualquer tipo de falhas, a licitante que não o fizer **até o 2º (segundo) dia útil que anteceder à data de realização da Sessão Pública do Pregão**, impugnação esta que deverá ser protocolada **por escrito no protocolo da Prefeitura, destinada ao Núcleo de Editais e Pregões do Departamento de Licitações, no endereço discriminado no preâmbulo deste Edital, no horário normal de expediente, compreendido das 08h às 11h e das 13h às 16h**, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

5.1. As despesas decorrentes da presente licitação irão onerar as dotações, considerando as futuras necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Catalão – Fundo Municipal de Saúde de Catalão - FMS, conforme §2º do artigo 7º do Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

6.1. Fica assegurada neste certame a **PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP), MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL OU EQUIPARADOS**, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e respectivas alterações.

6.2. Consideram-se ME, EPP, MEI, EIRELI e Equiparados aptas à participação no presente certame aquelas que preenchem os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e conforme a disposição legal da Lei Complementar nº 147 de 07.08.2014, que alterou a redação do artigo 48, inciso I da Lei Complementar nº 123 de 14.12.2006, e também aos que se enquadrem no artigo 18-E §2º da Lei Complementar nº 123/2006 e artigo 34 da Lei nº 11.488/07.

6.2.1. Para fins de comprovação da condição de ME, EPP, MEI, EIRELI e equiparados, assim definidas, as Licitantes **deverão** apresentar, no ato do **CRENCIAMENTO**, declaração impressa em papel timbrado da Empresa de enquadramento como ME, EPP ou equiparados (**ANEXO VIII**), **devidamente assinada e carimbada pelo representante legal**.

6.3. A participação nesta licitação implica a aceitação, plena e irrevogável, das normas constantes no presente edital e nos seus anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares, ressalvados o direito de impugnação e recurso.

6.4. **Não poderão participar deste pregão empresas que estejam enquadradas nos seguintes casos:**

a) concordatária ou em processo de falência, em recuperação judicial, em recuperação extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação, salvo mediante determinação judicial;

b) impedidas de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios (Art. 7º da Lei nº 10.520/202); suspensas temporariamente de participar de licitação ou impedidas de contratar com a Administração (Art. 87, III, da Lei nº 8.666/93); declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade (Art. 87, IV da

Lei nº 8.666/93); punida pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública; e caso participe do processo licitatório estará sujeita às penalidades previstas no art. 97, parágrafo único da Lei 8.666/93.

- c) que esteja suspensa ou impedida de licitar junto ao CADFOR – Sistema Eletrônico de Administração de Compras e Serviços do Estado de Goiás, ou outro Sistema Estadual que venha a substituí-lo;
- d) que esteja reunida em consórcio ou coligação;
- e) Empresas estrangeiras que não funcionem no País;
- f) que não atendam às exigências deste Edital.

6.5. Como requisito para participação no PREGÃO a licitante deverá manifestar que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências deste edital, bem como a descritiva técnica constante no Termo de Referência – Anexo I.

6.6. Não poderá concorrer direta ou indiretamente nesta licitação, servidor de qualquer Órgão ou Entidade vinculada ao Órgão promotor da licitação, bem assim a Empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

6.7. Um licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso um licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas de preços não serão levadas em consideração e serão rejeitadas pelo comprador.

6.7.1. Para tais efeitos entendem-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as Empresas que tenham diretores, acionistas, ou representantes legais comuns, e aquelas que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

6.8. Nenhuma empresa ou instituição vinculada ao comprador será elegível para participar deste processo licitatório.

6.9. As **MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP), MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS (MEI), EMPRESÁRIO INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (EIRELI)** e equiparados, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, na forma do art. 43 da LC nº 123/2006.

6.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal e trabalhista exclusivamente** da licitante enquadrada como Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou equiparadas (LC 123/2006), será assegurado de 05 (cinco) dias úteis, contados

a partir do momento em que for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação.

6.9.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 2º do art. 43, da LC nº 123/2006, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/1993, sendo facultado ao Município convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

7.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, incluído eventuais prorrogações, a partir da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado de Goiás, no Diário Oficial da União (quando necessário), e a sua íntegra, após assinada e homologada, disponibilizada no site oficial do Município de Catalão – GO.

8. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02):

8.1. Do envelope contendo "PROPOSTA DE PREÇOS", deverão constar os seguintes dizeres:

***PREGÃO PRESENCIAL – SRP - 050/2019.
ENVELOPE Nº 1 "PROPOSTA DE PREÇOS".
NOME DA PROPONENTE:
CNPJ:***

8.2. Do envelope contendo "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO", deverão constar os seguintes dizeres:

***PREGÃO PRESENCIAL – SRP - 050/2019.
ENVELOPE Nº 2 "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO".
NOME DA PROPONENTE:
CNPJ:***

8.2.1. Os documentos constantes dos envelopes deverão ser apresentados em 1 (uma) via redigida com clareza, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, ou entrelinhas que prejudiquem sua análise, sendo a proposta datada e assinada na última folha e rubricada nas demais pelo representante legal ou pelo Procurador, juntando-se a Procuração.

8.2.2. A proponente somente poderá apresentar uma única Proposta.

8.3. Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (envelope nº 2) expedidos via internet e, inclusive, aqueles outros apresentados terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do Pregoeiro.

8.3.1. O Pregoeiro não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida, e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente será inabilitada.

8.3.2. Os documentos apresentados por qualquer proponente, se expressos em língua estrangeira, deverão ser autenticados por autoridade brasileira no país de origem e traduzidos para o português por tradutor público juramentado.

8.3.3. Inexistindo prazo de validade nas Certidões, serão aceitas aquelas cujas expedições/emissões não ultrapassem a **30 (TRINTA) DIAS** da data final para a entrega dos envelopes.

9. DO CREDENCIAMENTO:

9.1. Os licitantes que desejarem manifestar-se durante as fases do procedimento licitatório deverão estar devidamente representados por:

9.1.1. Tratando-se de sócio, proprietário ou representante legal da empresa licitante, apresentar cópia de algum documento pessoal com foto;

9.1.2. Tratando-se de procurador, apresentar procuração por instrumento público ou particular, sendo que a procuração particular devidamente ASSINADA e CARIMBADA por aquele que outorgou poderes, constando poderes específicos para formular ofertas, lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, podendo ser o documento original ou com a autenticidade reconhecida em cartório, podendo, ainda, ser utilizado o modelo do ANEXO V;

9.1.3. Declaração impressa em papel timbrado da Empresa de enquadramento como ME, EPP ou equiparados, devidamente ASSINADA e CARIMBADA pelo sócio, proprietário ou representante legal, conforme modelo ANEXO VIII;

9.1.4. Declaração de que cumpre os requisitos de habilitação devidamente ASSINADA e CARIMBADA pelo sócio, proprietário ou representante legal, conforme modelo ANEXO VI.

9.2. Para comprovação das informações apresentadas nos documentos indicados nos subitens 9.1.1 e 9.1.2, deverão ser apresentados, no ato do credenciamento, os seguintes documentos:

9.2.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro no Comercial ou a última alteração contratual em vigor;

9.2.2. Para as sociedades empresárias ou empresas individuais de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede do licitante, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.3. Em se tratando de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

9.2.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

9.2.5. Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

9.3. Cada licitante credenciará apenas um representante, que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder por todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

9.4. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma Empresa licitante.

9.5. O representante poderá ser substituído a qualquer momento por outro devidamente credenciado.

9.6. Os documentos para o credenciamento na forma disciplinada neste item deverão ser entregues fora dos envelopes, após abertura da sessão e antes da abertura das propostas.

9.7. Os documentos de credenciamento serão examinados e retidos pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, **antes** da abertura dos envelopes referentes à proposta de preços.

9.8. No caso de não haver credenciados representantes, a Empresa licitante será considerada ausente da sessão para a fase de lances, não podendo haver qualquer intervenção nesta fase; entretanto os envelopes de propostas e habilitação devem ser considerados para fins de participação no certame.

9.9. No caso de divergência entre a documentação apresentada para credenciamento e a apresentada para habilitação, prevalecerá o documento que apresentar data **mais recente**, podendo incorrer a licitante em descredenciamento de seu representante ou mesmo inabilitação, a depender do caso.

10. DA PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE N° 01):

10.1. As propostas de preços apresentadas pelas licitantes terão o prazo de validade de **60 (sessenta) dias a contar de sua apresentação**, nos termos do art. 6º da Lei nº 10.520/2002.

10.2. O envelope de “Proposta de Preços” deverá conter a proposta da licitante, devendo preencher obrigatoriamente os seguintes requisitos e atender aos padrões abaixo estabelecidos:

10.2.1. Deverá ser apresentada em 01 (uma) via, assinada pelo representante legal da licitante, ou pessoa legalmente habilitada através de procuração por instrumento público, em envelope lacrado, identificado com o nº 01, sendo 01 (uma) impressa em papel timbrado da empresa e 01 (uma) em meio magnético (**pen-drive**), através da utilização de planilha eletrônica em arquivo Excel, na mesma VERSÃO E FORMATO fornecido juntamente com o Edital, de igual teor e para o mesmo efeito, digitada em linguagem clara e objetiva, sem erros, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, entregues no dia e local preestabelecidos no Edital, contendo a identificação da licitante, endereço, telefone, número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, **numeradas e rubricadas em todas as folhas pelo representante legal e assinada a última sobre o carimbo com o nome e documento de identificação;**

10.2.2. A não apresentação da proposta nos moldes citados, ou seja, que não contenha as informações **necessárias e imprescindíveis** para o julgamento justo e correto, em condições

de igualdade com as demais licitantes, ou que contenha vícios relevantes, que maculem a essência da oferta, comprovado o prejuízo à Administração e as demais licitantes, ensejará, de plano, a desclassificação da licitante;

10.2.3. Conter especificação clara e sucinta do objeto a ser ofertado, com indicação, **no que couber**: de **MARCA**, especificações técnicas, unidade de medida, **E CONTER TAMBÉM**:

I - Preço cotado em moeda corrente nacional de forma unitária com aproximação de no máximo 02 (duas) casas decimais em algarismo. O valor total global em algarismo e por extenso, com indicação das unidades citadas neste Edital;

II- OS ÓLEOS LUBRIFICANTES DEVERÃO ESTAR DEVIDAMENTE REGISTRADOS NA AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – ANP, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE, CUJO NÚMERO DEVERÁ CONSTAR NA PROPOSTA A SER APRESENTADAS PELAS EMPRESAS.

III- Prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da entrega das propostas e excluídos os prazos recursais previstos na legislação em vigor;

IV- A EMPRESA LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR NA SESSÃO PÚBLICA O DESEMPENHO, A QUALIDADE E PRODUTIVIDADE COMPATÍVEL COM A MARCA DE REFERÊNCIA, QUE SERÁ AVALIADA POR EQUIPE TÉCNICA DESIGNADA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATALÃO – GO.

10.3. As propostas que atenderem aos requisitos deste edital serão verificadas pelo Pregoeiro quanto a erros aritméticos que, caso seja necessário, serão corrigidas da seguinte forma:

10.3.1. Se for constatada discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso, devendo o Pregoeiro proceder às correções necessárias; caso a licitante não concorde com as correções deverá se manifestar, sendo as razões registradas em ata;

10.3.2. Se for constatada discrepância entre o produto da multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, prevalecerá o preço unitário;

10.3.3. Se for constatado erro de adição, subtração, multiplicação ou divisão, será considerado o resultado corrigido;

10.3.4. Caso a licitante não aceite as correções realizadas, sua proposta comercial será desclassificada.

10.4. A entrega dos envelopes contendo a proposta de preços e a respectiva documentação significará expressa aceitação, pelas licitantes, de todas as disposições contidas neste Edital.

11. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 02):

11.1. Para a habilitação na presente licitação exigir-se-á das licitantes a documentação abaixo discriminada, que deverá conter obrigatoriamente:

11.2. A documentação relativa à **habilitação jurídica** consistirá em:

11.2.1. Cópia simples da cédula de identidade ou documento equivalente (com foto) do(s) sócio(s), proprietário(s) da empresa licitante;

11.2.2. No caso de empresário individual, inscrição no Registro no Comercial **ou** a última alteração contratual em vigor;

11.2.3. Para as sociedades empresárias ou empresas individuais de responsabilidade limitada - EIRELI: **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede do licitante, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

11.2.4. Em se tratando de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada: **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

11.2.5. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

11.2.6. Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

11.2.7. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

11.2.8. OS DOCUMENTOS ACIMA (SUBÍTEMOS 11.2.2 A 11.2.7), DEVERÃO ESTAR ACOMPANHADOS DE TODAS AS ALTERAÇÕES OU DA CONSOLIDAÇÃO RESPECTIVA;

11.3. A documentação relativa à **regularidade fiscal e trabalhista** consistirá em:

11.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – **CNPJ**;

11.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual **ou** municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.3.3. Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social (**INSS**) e Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, por meio de Certidão unificada expedida Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (www.pgfn.fazenda.gov.br) e Quitação de Tributos e Contribuições

Federais, expedida pela Receita Federal (www.receita.fazenda.gov.br); ou Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

11.3.4. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, por meio do Certificado de Regularidade do **FGTS** (CRF), expedida pela Caixa Econômica Federal (www.caixa.gov.br) ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor na data de encerramento do prazo de entrega dos envelopes;

11.3.5. Prova de Regularidade para com a **Fazenda Estadual**, por meio de Certidão em relação a tributos estaduais (ICMS), expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da licitante;

11.3.6. Prova de Regularidade para com a **Fazenda Municipal**, por meio de Certidão em relação a tributos Municipais, expedida pela Prefeitura do domicílio ou sede da licitante;

11.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT**, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.jus.br; www.csjt.jus.br ou www.trt2.jus.br), conforme Lei nº 12.440 de 07/07/2011 e Resolução Administrativa TST nº 1470/2011;

11.4. A documentação relativa à qualificação técnica consistirá em:

11.4.1. No mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a licitante já ter executado a qualquer tempo, fornecimentos compatíveis e com características semelhantes com o objeto desta licitação;

11.5. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira consistirá em:

11.5.1. Certidão negativa de pedido de falência e recuperação judicial expedida pelo distribuidor da comarca da **SEDE DA LICITANTE**, emitida no período em até **30 (TRINTA) DIAS** anteriores à data fixada para a entrega dos envelopes;

11.5.1.1. Estão dispensadas da apresentação da Certidão negativa de falência de que trata o subitem anterior as licitantes em processo de recuperação judicial, desde que apresentem certidão emitida pela instância judicial que certifique sua aptidão econômica para tal mister.

11.6. Outras declarações:

11.6.1. Declaração, impressa em papel timbrado da Empresa da inexistência em seu quadro de pessoal de menores, na forma do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, **devidamente CARIMBADA e ASSINADA pelo representante legal**, conforme modelo do **ANEXO VII**;

11.6.1. Declaração, impressa em papel timbrado da Empresa, de que não possui dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do quadro técnico que sejam servidores da Administração Direta ou Indireta, referente ao artigo 9º, inciso III, da lei nº 8.666/93, **devidamente ASSINADA e CARIMBADA pelo representante legal**, conforme modelo do **ANEXO IX**;

11.7. Quando da apresentação da documentação se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz;

11.7.1. Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em nome e com o CNPJ da filial e, dentre estes os documentos que em razão da centralização e certidão conjunta, deverão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz que abrangerá todas as suas filiais;

11.7.2. Se a licitante for a matriz e a fornecedora dos bens a filial, os documentos deverão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente, salvo os documentos que em razão da centralização e certidão conjunta deverão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz que abrangerá todas as suas filiais.

11.8. Todos os documentos em que forem apresentados CÓPIA SIMPLES, deverão estar acompanhadas de TODAS AS VIAS ORIGINAIS ou, caso a licitante prefira, cópias autenticadas em cartório competente.

11.9. Para efeito de habilitação serão aceitos **“protocolos de solicitação de renovação de documento”**, em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos. Entretanto, os mesmos **NÃO SERÃO ACEITOS** para efeito de celebração de contrato, que só deve ocorrer após a apresentação dos documentos requeridos no ato convocatório.

12. DA ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS DE PREÇO E DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:

12.1. No horário e local indicado no preâmbulo, após os procedimentos descritos no **item 9**, será aberto o envelope nº 01 - “Proposta de Preços”, dos interessados em participar do certame.

12.2. O Pregoeiro informará aos participantes presentes quais licitantes apresentaram propostas de preços para o fornecimento objeto da presente licitação e os respectivos valores ofertados.

12.3. O Pregoeiro fará a ordenação dos valores das propostas, em ordem crescente, de todas as licitantes.

12.4. Durante os trabalhos, somente será permitida a manifestação, oral ou escrita, de pessoa devidamente credenciada pela licitante nos termos do **item 9** deste Edital.

12.5. Para efeito de classificação das propostas, o Pregoeiro considerará o preço unitário por item constante em cada proposta, **sendo desclassificadas as propostas:**

a) Cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste Edital, inclusive aqueles exigidos como pré-classificação, **sobretudo no que se refere aos valores máximos estimados unitários e global;**

b) Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes.

12.6. Será desclassificada a proposta que, para sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei e à disposição de todos os concorrentes.

12.7. Serão classificadas e proclamadas pelo Pregoeiro, a licitante que apresentar a proposta de menor preço por item e as demais cujas propostas estejam com valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) em relação à de menor preço.

12.8. Caso não haja no mínimo 03 (três) propostas de preços nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro classificará e proclamará as melhores propostas subsequentes, até que haja no mínimo 03 (três) licitantes classificadas, quaisquer que sejam os preços ofertados.

12.9. Às licitantes classificadas, será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes.

12.10. A proponente que desistir de apresentar lance verbal, quando convocada pelo Pregoeiro, será considerada como “*desistente*”, implicando na sua exclusão da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

12.11. Caso não se realize lances verbais serão verificados a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

12.12. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

12.13. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da proponente, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame.

12.14. Caso haja **empate** nas propostas escritas, ordenadas e classificadas e não se realizem lances verbais, observado o direito de preferências das Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e equiparadas, o desempate se fará por sorteio, em ato público na própria sessão do Pregão.

12.15. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sob pena de sujeição da licitante desistente às sanções constantes dos artigos 86 ao 88 da Lei nº 8.666/93.

12.16. Quando da participação no certame de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP), agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual (MEI) e sociedades cooperativas de consumo sediadas local ou regionalmente, será considerado empate “ficto” quando sua proposta for igual ou até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido em consideração às licitantes não sediadas local ou regionalmente, conforme indicado no item 12.19, nos termos da Lei Complementar nº 123/06 e respectivas alterações e Decreto Federal nº 8.538/2015 e Instrução Normativa - IN nº 00008/2016 do TCM/GO.

12.17. A Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou equiparadas sediada local ou regionalmente melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor.

12.18. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) ou equiparados sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

12.19. Para aplicação do disposto no **item 12.16** e seguintes e em cumprimento à Instrução Normativa - IN nº 00008/2016 do TCM/GO, que estabelece orientações aos Municípios Goianos sobre a aplicação da Lei Complementar nº 123/06 na realização de procedimentos licitatórios, em especial à norma contida em seu art. 2º, § 1º, inciso II, considera-se Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP), Microempreendedor Individual (MEI) e sociedades cooperativas de consumo sediadas local ou regionalmente, os municípios da Região do Sudeste Goiano, conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, compreendendo os municípios de Ipameri, Campo Alegre de Goiás, Corumbáiba, Nova Aurora, Goiandira, Catalão, Ouidor, Três Ranchos, Davinópolis, Anhanguera e Cumari.

12.20. Caso a proposta mais bem classificada não seja apresentada por uma Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) e equiparados e se houver proposta apresentada por ME/EPP em até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta proceder-se-á da seguinte forma:

12.20.1. Será oportunizado o Exercício do Direito de Preferência à Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) e equiparadas melhor classificada, respeitando a faixa dos 5% (cinco por cento), que consiste na possibilidade de ela apresentar proposta de preço inferior à empresa que não se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e que estiver com preço menor;

12.20.2. O novo valor proposto pela Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) e equiparadas deve ser apresentado após o encerramento da fase de lances, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos da convocação do Pregoeiro, sob pena de preclusão do Direito de Preferência;

12.20.3. A convocação dar-se-á na sessão do pregão, sendo apenas a Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) e equiparadas, aptas a exercer o Direito de Preferência, ofertar nova proposta de valor inferior ao preço ofertado pela empresa melhor classificada que não se enquadra como Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) e equiparadas e que estiver com menor preço;

12.20.4. Havendo o Exercício de Preferência pela Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) e equiparadas, o Pregoeiro passará a etapa de negociação, em conformidade com este Edital, observando-se os demais procedimentos subsequentes estabelecidos para cada etapa deste certame;

12.20.5. Caso a Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) e equiparadas, melhor classificada, não exerça o Direito de Preferência ou não atenda às exigências do Edital, serão convocadas as Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e equiparadas remanescentes, cujas propostas se enquadram no limite de 5% (cinco por cento) estabelecido no subitem **12.20.1**, obedecida a ordem de classificação para o Exercício do mesmo Direito, e assim sucessivamente, até a identificação de uma empresa que preencha todos os requisitos do Edital;

12.20.6. Se houver valores iguais apresentados por Microempresa(ME), Empresa de Pequeno Porte(EPP) e equiparadas, dentre as propostas de valor até 5% (cinco por cento) superior à proposta de menor preço ofertada pela empresa não enquadrada como Microempresa(ME), Empresa de Pequeno Porte(EPP) e equiparadas, será realizado sorteio para identificação daquela que terá preferência na apresentação de nova proposta (será colocado em urna o nome das licitantes para sorteio, sendo convocada a participação as licitantes com preços iguais);

12.20.7. Na hipótese de nenhuma Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) e equiparadas exercer o Direito de Preferência ou não atender às exigências do Edital, a empresa não enquadrada como Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) e equiparadas que apresentou o menor preço permanece na posição de melhor classificada, iniciando-se com ela a fase de negociação.

12.21. Nos casos em que for utilizado o direito de preferência para as Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou equiparadas sediada local ou regionalmente, conforme especificado no item **12.16** e seguintes, esse direito deverá ser usado imediatamente após a fase de lances e antes da fase de negociação com a licitante que se consagrar vencedora do item ou dos itens.

12.22. Caso não se realize lances, será verificada a conformidade da proposta inicial de menor preço e o valor estimado para a contratação, hipótese em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

13. DA ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E CONCLUSÃO:

13.1. Efetuados os procedimentos previstos nos **itens 9 e 12** deste Edital e sendo aceitável a proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro anunciará a abertura do envelope nº 2 - "Documentos de Habilitação" desta licitante.

13.2. As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão **INABILITADAS**.

13.3. Constatado o atendimento pleno às exigências do Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado pelo Pregoeiro o objeto da presente licitação.

13.4. Da sessão de pregão lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final deverá ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes presentes que assim o desejarem.

13.5. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus anexos, a proposta será desclassificada.

13.6. Em caso de divergência entre informações contidas na documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta. Em caso de divergência entre informações contidas nos documentos exigidos pelo Edital e em outros apresentados, porém não exigidos, prevalecerão às primeiras.

13.7. Os envelopes com os documentos relativos à habilitação das licitantes não declaradas vencedoras permanecerão em poder do Pregoeiro, devidamente lacrados, até que seja formalizada a assinatura do contrato pela licitante vencedora. Após este fato, ficarão por 20 (vinte) dias corridos à disposição das respectivas licitantes interessadas. Findo este prazo, sem que sejam retirados, serão descartados.

13.8. A licitante vencedora, **quando solicitada**, deverá apresentar em até 02 (dois) dias úteis, após a adjudicação, a planilha de custos e formação de preços recomposta em função do valor vencedor na etapa de lances.

13.9. Ao final da sessão, caso não haja recursos interpostos por parte das licitantes, será feita, pelo Pregoeiro a adjudicação à licitante declarada vencedora do certame.

13.10. Quando todas as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar as licitantes o prazo de até 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas da desclassificação.

14. DA CONTRATAÇÃO E EXECUÇÃO:

14.1. Da contratação:

14.1.1. Havendo necessidade de contratação, a vencedora será convocada para assinar o contrato dentro do prazo de **até 05 (cinco) dias úteis**;

14.1.2. O prazo concedido para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso pela parte e, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Secretaria Municipal de Saúde de Catalão, pelo prazo máximo permitido em lei;

14.1.3. Se a vencedora se recusar, sem motivo justificado e aceito pela Secretaria Municipal de Saúde de Catalão a assinar o contrato, dentro do prazo previsto no item 14.1.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação, decaindo o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, além de outras sanções cabíveis e previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93;

14.1.4. As obrigações decorrentes da presente licitação estão previstas neste Edital, observando-se os termos da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente, os termos da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

14.2. Da execução do contrato e da fiscalização:

14.2.1. O fornecimento do objeto desta licitação será efetuado pela Empresa vencedora somente após a assinatura do respectivo contrato ou outro termo equivalente.

14.2.2. A Secretária Municipal, gestora do contrato, ou à sua ordem, gerenciarão obrigatoriamente a execução do contrato e fiscalizarão os fornecimentos, controlando a perfeita execução dos mesmos, que deverão ser exclusivamente no interesse da Secretaria, a

fim de verificar se no seu desenvolvimento estão sendo observadas as especificações e demais requisitos nele previstos, reservando-se o direito de rejeitar os produtos e os serviços que, a seu critério não for considerado satisfatório.

14.2.3. A fiscalização e acompanhamento do cumprimento do fornecimento ora pactuado ficará a cargo de servidor designado pelo gestor do contrato, mediante Portaria.

14.2.4. A fiscalização por parte do órgão responsável não eximirá a empresa contratada das responsabilidades previstas no Código Civil e dos danos que vier a causar a Secretaria Municipal de Saúde de Catalão, ao Município ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus funcionários na execução do contrato.

14.3. Dos Pagamentos:

14.3.1. Os pagamentos deverão ser efetuados pela Secretaria de Finanças, através de transferência eletrônica e/ou ordem de pagamento/cheque nominal, **em até 30 (trinta) dias**, após a manifestação favorável do setor responsável pela fiscalização da Nota Fiscal e da fatura apresentada.

14.3.2. Ao contratante reserva-se o direito de descontar do pagamento devido à empresa contratada os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas por descumprimento de cláusulas constantes deste edital e do contrato.

14.4. Do Reajuste de preços:

14.4.1. Os critérios de reajustes dos preços contratuais estão especificados na minuta do contrato (ANEXO III).

15. DA FORMALIZAÇÃO, VIGÊNCIA, RESCISÃO E PUBLICIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

15.1. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada por representante legal, diretor ou sócio da empresa.

15.2. O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preço será ao final da própria sessão de abertura e julgamento ou em **até 05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da convocação, podendo ser prorrogado uma vez, desde que solicitado por escrito, antes do término do prazo previsto, e com exposição de motivo justo que poderá ou não ser aceito pela Secretaria Municipal de Saúde de Catalão.

15.3. A vencedora que convocada para assinar a Ata de Registro de Preço deixar de fazê-lo no prazo fixado dela será excluída.

15.4. Na hipótese do não atendimento à convocação a que se refere o item **15.2** ou havendo recusa em fazê-lo, a Secretaria Municipal de Saúde de Catalão aplicará as penalidades cabíveis.

15.5. A Ata de Registro de Preços referente ao presente Pregão Presencial terá validade a contar da data da publicação de seu extrato, que será publicado no Diário Oficial do

Estado de Goiás, no Diário Oficial da União (quando necessário) e a sua íntegra, após assinada e homologada, disponibilizada no site oficial do Município de Catalão - GO, durante sua vigência.

15.6. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

15.7. Se durante a vigência da Ata de Registro de Preços for constatado que os preços registrados estão superiores aos de mercado, caberá a Secretaria Municipal de Saúde de Catalão convocar os fornecedores registrados para negociar o novo valor.

16. DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO:

16.1. A Ata de Registro de Preço poderá ser rescindida de pleno direito pela Secretaria Municipal de Saúde de Catalão, independentemente de interpelação judicial, precedido de processo administrativo com ampla defesa, quando:

16.1.1. A Detentora não cumprir as obrigações constantes da Ata de Registro de Preços;

16.1.2. A Detentora não formalizar Ata de Registro de Preços decorrente ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Secretaria Municipal de Saúde de Catalão;

16.1.3. A Detentora der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços;

16.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços;

16.1.5. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aquele praticado no mercado;

16.1.6. Por razões de interesse público, devidamente justificado pela Secretaria Municipal de Saúde de Catalão;

16.1.7. No caso de falência ou instauração de insolvência e dissolução da sociedade da empresa Fornecedora;

16.1.8. Caso ocorra transferência a terceiros, ainda que em parte, das obrigações assumidas pela empresa detentora.

16.2. A Ata de Registro de Preço poderá ser rescindida pela Detentora, quando:

16.2.1. Mediante solicitação escrita, comprovar a ocorrência de caso fortuito ou força maior.

16.3. A solicitação da Detentora para cancelamento do preço registrado deverá ocorrer antes do pedido de fornecimento pela contratante.

16.4. A inexecução total ou parcial das obrigações pactuadas na presente Ata de Registro de Preços enseja a rescisão do objeto, unilateralmente pela Secretaria Municipal de Saúde de Catalão, ou

bilateralmente, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou no Ato Convocatório, mediante formalização e assegurados o contraditório e ampla defesa, com fundamento nos arts. 77 e 78 da Lei 8.666/93, contudo, sempre atendida à conveniência administrativa.

16.5. Poderá ainda ser rescindidos por mútuo consentimento, ou unilateralmente pela Secretaria Municipal de Saúde de Catalão, a qualquer tempo, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias à CONTRATADA, por motivo de interesse público e demais hipóteses previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, ou ainda, judicialmente, nos termos da legislação pertinente.

16.6. Da rescisão procedida com base nesta cláusula não incidirá multa ou indenização de qualquer natureza.

16.7. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos em Lei, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao Registro de Preços;

16.8. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

17. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

17.1. O Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços a ser firmada em decorrência deste Pregão será a Secretaria Municipal de Saúde de Catalão – Fundo Municipal de Saúde de Catalão - FMS, responsável pelo seu gerenciamento.

18. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE:

18.1. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preço qualquer Órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador da Ata e anuência da empresa beneficiária, desde que devidamente comprovada à vantagem e respeitadas, no que couber, as regras contidas na Lei nº 10.520/2002, na Lei nº 8.666/93 e demais normas em vigor e respectivas atualizações.

18.2. Os órgãos que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

18.3. Poderá o beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

18.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o art. 22 do Decreto Federal nº 7.892/2013 (**Alterações feitas pelo Decreto Federal nº 9.488 de 30 de agosto de 2018**), não poderão exceder, por órgão, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do

instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

18.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

18.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da Ata.

18.7. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

19. DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

19.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas na Lei nº 8.666/93, no Decreto Federal nº 7.892/2013 e no Decreto Federal nº 8.250/2014.

19.2. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços são fixos e irrevogáveis, salvo com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato dela decorrente, mediante requerimento e justificativa expressas do Fornecedor e comprovação documental, podendo ser revistos na própria Ata em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

19.3. O gerenciador da ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata.

19.4. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

19.4.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

19.4.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

19.5. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Departamento de Compras da Secretaria Municipal de Saúde de Catalão, por intermédio do órgão gerenciador da ata de registro de preços.

19.6. Se ocorrer de o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- a) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada à veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- b) Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

19.7. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

19.8. O registro do fornecedor será cancelado mediante formalização por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando o fornecedor:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) não retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde de Catalão, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

19.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público; ou
- b) A pedido do fornecedor.

20. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

20.1. Dos atos praticados caberá recurso, nos termos descritos neste Edital.

20.2. Declarado o licitante vencedor, qualquer licitante devidamente credenciado poderá manifestar **imediate e motivadamente** a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões do recurso, **devendo o recorrente protocolar as razões por escrito no protocolo da Prefeitura, destinada ao Núcleo de Editais e Pregões do Departamento de Licitações, no endereço discriminado no preâmbulo deste Edital, no horário normal de expediente, compreendido das 08h às 11h e das 13h às 16h** e endereçado ao Pregoeiro, a qual poderá reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, devidamente informados.

20.3. Na hipótese do subitem anterior, as demais licitantes ficarão imediatamente intimadas a apresentar contrarrazões, **em igual número de dias**, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, **devendo ser devidamente protocolada as contrarrazões por escrito no protocolo da Prefeitura, destinada ao Núcleo de Editais e Pregões do Departamento de Licitações, no endereço discriminado no preâmbulo deste Edital, no horário normal de expediente, compreendido das 08h às 11h e das 13h às 16h.**

20.4. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

20.5. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

20.6. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação a licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório, após o que a adjudicatária será convocada para assinar o contrato e deverá fazê-lo em até 05 (cinco) dias úteis após a convocação.

20.7. Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.

20.8. **Não havendo interesse na interposição de recursos, as licitantes renunciarão expressamente seu direito de recorrer.**

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

21.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, **pelo prazo de até 05 (cinco) anos**, sem prejuízo das multas previstas neste edital, no contrato e demais cominações legais.

21.2. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

21.3. A apresentação das propostas implicará à plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

21.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente da Prefeitura Municipal de Catalão.

21.5. A autoridade competente poderá revogar a presente licitação em face de razões de interesse público, derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

21.6. É facultado a Secretaria Municipal de Saúde de Catalão – Fundo Municipal de Saúde de Catalão - FMS, quando a licitante vencedora deixar de prestar o fornecimento do objeto da presente licitação, convocar as licitantes remanescentes na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela 1º (primeira) classificada, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação independentemente das penalidades às quais a licitante está sujeita.

21.7. É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, conforme art. 43, § 3º da Lei nº 8.666/93.

21.8. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Secretaria Municipal de Saúde de Catalão e do Município de Catalão, a finalidade e a segurança da contratação.

21.9. A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação.

21.10. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento das propostas de preços e documentos de habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente a alteração não afetar a formulação das propostas.

21.11. Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário, anteriormente estabelecidos.

21.12. Aos casos omissos aplicam-se as demais disposições constantes da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93, bem como as demais legislações correlatas.

21.13. No decorrer do procedimento, o Pregoeiro poderá solicitar a análise e manifestação da Procuradoria Jurídica do Município quando houver dúvida acerca da legalidade de determinado ato ou providências.

Catalão - GO, 08 de maio de 2019.

Edital elaborado por: **MARCEL AUGUSTO MARQUES.**
Departamento de Licitações e Contratos.
Núcleo de Editais e Pregões.

Edital lido, revisado e aprovado por: **VELOMAR GONÇALVES RIOS.**
Secretário Municipal de Saúde de Catalão.
Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Catalão – FMS.

**ANEXO I.
TERMO DE REFERÊNCIA**

SOLICITANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATALÃO - CNPJ: 03.532.661/0001-56.

1. DO OBJETO:

1.1. Aquisição de Materiais de consumo tais como Filtro de Ar, Filtro de Ar para Cabine, Filtro de Combustível, Filtro de Lubrificante e Óleo Lubrificante (inclusive a mão de obra para troca dos itens) conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste Instrumento, para atender a demanda da Frota de veículos da Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde de Catalão-GO.

2. DISCRIMINAÇÃO DO OBJETO

2.1. Licitação exclusiva para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte – somente poderão participar as empresas enquadradas como Microempresas (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), Microempreendedor Individual (MEI) e Empresário Individual De Responsabilidade Limitada (Eireli), nos termos do art. 3º e 18-E, ambos da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014.

GRUPO I - FILTRO DE COMBUSTÍVEL

ITEM	VEICULO	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	MÉDIA ESTIMADA	TOTAL ESTIMADO
1	Van Renault (2); Van Renault Master (3); Ambulância Master Furgão (3)	Filtro de combustível PC 947 / KX 218 ou similar	PÇA	96	R\$ 38,66	R\$ 3.711,36
2	Van Ducato; Ambulância Ducato UTI; Ambulância Fiat Ducato; Ambulância Ducato; Ambulância Peugeot/ Boxer f350LH	Filtro de combustível PEC3023 / KX 208 ou similar	PÇA	60	R\$ 73,33	R\$ 4.399,80
3	Kombi; Kombi Lotação (2); Ambulância Saveiro; Ambulância Renault Kangoo; Gol (3); Saveiro; Parati	Filtro de combustível KL583 ou similar	PÇA	120	R\$ 23,33	R\$ 2.799,60
4	Ambulância S10 (3)	Filtro de combustível FCD777 / KX444D 2 pç ou similar	PÇA	36	R\$ 86,66	R\$ 3.119,76
5	Ambulância Doblo; Uno (4); Palio (2); Mobi (3); Strada (3)	Filtro de combustível KL582 ou similar	PÇA	156	R\$ 23,33	R\$ 3.639,48
6	Camionete Triton L200 (2)	Filtro de combustível PC949 / KX 268 ou similar	PÇA	24	R\$ 47,33	R\$ 1.135,92
7	Camionete L200	Filtro de combustível PSC890 / KC 46 ou similar	PÇA	12	R\$ 49,00	R\$ 588,00
8	Camionete S10	Filtro de combustível PSC 498/ KL 316 ou similar	PÇA	12	R\$ 93,33	R\$ 1.119,96
9	Ônibus M. BENZ 313	Filtro de combustível PEC3022 / KX67/2D ou similar	PÇA	12	R\$ 57,00	R\$ 684,00
10	Ônibus M. BENZ OF 1318	Filtro de combustível FC161 / KX43 ou similar	PÇA	12	R\$ 9,33	R\$ 111,96

GRUPO II - FILTRO DE AR

ITEM	VEICULO	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	MÉDIA ESTIMADA	TOTAL ESTIMADO
11	Van Renault (2); Van Renault Master (3); Ambulância Master Furgão (3)	Filtro de ar FA1455 / LX1883 ou similar	PÇA	96	R\$ 81,00	R\$ 7.776,00
12	Van Ducato	Filtro de ar LX 611 ou similar	PÇA	12	R\$ 70,00	R\$ 840,00
13	Camionete S10	Filtro de ar ARS 2868 / LX 960 ou similar	PÇA	12	R\$ 26,66	R\$ 319,92
14	Kombi; Kombi Lotação (2)	Filtro de ar ARS 2868 / LX 960 ou similar	PÇA	36	R\$ 41,33	R\$ 1.487,88
15	Ambulância S10 (3)	Filtro de ar ARS 2870 / LX 3679 ou similar	PÇA	36	R\$ 68,33	R\$ 2.459,88
16	Ambulância Peugeot; Ambulância Ducato UTI; Ambulância Ducato Fiat; Ambulância Ducato	Filtro de ar ARS 1013/ LX 611 ou similar	PÇA	48	R\$ 70,00	R\$ 3.360,00
17	Ambulância Saveiro	Filtro de ar ART 6098 / LX 998 ou similar	PÇA	12	R\$ 31,33	R\$ 375,96
18	Ambulância Doblo, Strada (3) e Palio (2)	Filtro de ar ARL 4150 / LX 908 ou similar	PÇA	72	R\$ 20,00	R\$ 1.440,00
19	Ambulância Renault Kangoo;	Filtro de ar ART 5051/ LX 773 ou similar	PÇA	12	R\$ 45,00	R\$ 540,00
20	Camionete L200	Filtro de ar JFA500 / LX 3713ou similar	PÇA	12	R\$ 70,00	R\$ 840,00
21	Camionete Triton L200 (2)	Filtro de ar JFA 507 ou similar	PCA	24	R\$ 84,00	R\$ 2.016,00
22	Gol (2)	Filtro de ar LX1779 ou similar	PCA	24	R\$ 20,00	R\$ 480,00
23	Uno (3)	Filtro de ar LX 907 ou similar	PÇA	36	R\$ 20,00	R\$ 720,00
24	Uno	Filtro de ar LX 3115 ou similar	PCA	12	R\$ 30,66	R\$ 367,92
25	Parati	Filtro de ar LX 977 ou similar	PÇA	12	R\$ 24,66	R\$ 295,92

26	Mobi (3)	Filtro de ar FAP 2829 / ARL 4161 ou similar	PÇA	36	R\$ 53,66	R\$ 1.931,76
27	Gol	Filtro de ar ARL 6080 / LX 2876 ou similar	PÇA	12	R\$ 23,66	R\$ 283,92
28	Onibus M. BENZ 313	Filtro de ar LX 1056 ou similar	PÇA	12	R\$ 123,00	R\$ 1.476,00
29	Onibus M. BENZ OF 1318	Filtro de ar LX 265 ou similar	PÇA	12	R\$ 72,66	R\$ 871,92

GRUPO III - FILTRO DE AR PARA CABINE

ITEM	VEICULO	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	MÉDIA ESTIMADA	TOTAL ESTIMADO
30	Van Ducato, Ambulância Ducato UTI; Ambulância Fiat Ducato, Ambulância Ducato	Filtro de ar para cabine ACP105 / LA123 ou similar	PÇA	48	R\$ 35,00	R\$ 1.680,00
31	Ambulância S10 (3)	Filtro de ar para cabine ACP816 / LA909 ou similar	PÇA	36	R\$ 43,00	R\$ 1.548,00
32	Gol (2); Saveiro; Saveiro Ambulância	Filtro de ar para cabine ACP303 / LA120 ou similar	PÇA	48	R\$ 91,66	R\$ 4.399,68
33	Ambulância Doblo	Filtro de ar para cabine ACP131 / LA 144 ou similar	PÇA	12	R\$ 31,66	R\$ 379,92
34	Gol	Filtro de ar para cabine ACP303 / LA120 ou similar	PÇA	12	R\$ 31,66	R\$ 379,92
35	Camionete Triton L200 (2); Camionete L200	Filtro de ar para cabine LAK1003 ou similar	PÇA	36	R\$ 63,33	R\$ 2.279,88
36	Palio (2); Strada (3)	Filtro de ar para cabine ACP103 / MC724 ou similar	PÇA	60	R\$ 38,33	R\$ 2.299,80
37	Mobi (3)	Filtro de ar para cabine ACP906 / LAK633 ou similar	PÇA	36	R\$ 39,66	R\$ 1.427,76
38	Parati	Filtro de ar para cabine ACP305 / LA591 ou similar	PÇA	12	R\$ 31,66	R\$ 379,92

GRUPO IV - FILTRO E ÓLEO LUBRIFICANTE

ITEM	VEÍCULOS	FILTRO LUBRIFICANTE	QTDE	UND	MÉDIA ESTIMADA	ÓLEO LUBRIFICANTE	QTDE	MÉDIA ESTIMADA	UND	VAL MÉDIO TOTAL
39	Van Renault (2); Van Renault Master (3)	PEL678/OX389D ou SIMILAR	60	PÇA	R\$ 48,00	05W40 - DIESEL	468	R\$ 32,33	LT	R\$ 18.010,44
40	Ambulância Master Furgão (3)	PEL678/OX389D ou SIMILAR	36	PÇA	R\$ 48,00	05W40 - DIESEL	324	R\$ 31,66	LT	R\$ 11.985,84
41	Van Ducato	PSL657/OC1222 ou SIMILAR	12	PÇA	R\$ 37,33	15W40 DIESEL	72	R\$ 16,00	LT	R\$ 1.599,96
42	Kombi (3)	OC522/PSL560	36	PÇA	R\$ 20,00	5W40 GASOLINA	120	R\$ 30,33	LT	R\$ 4.359,60
43	Ambulância S10 (3)	OX1016D/PEL726 OU SIMILAR	36	PÇA	R\$ 45,33	DEXOS 2 05W30	216	R\$ 39,66	LT	R\$ 10.198,44
44	Peugeot/Boxer F 350LH; Ambulância Fiat Ducato	OC1222/ PSL657	24	PÇA	R\$ 37,33	05w30 DIESEL	144	R\$ 35,66	LT	R\$ 6.030,96
45	Saveiro ambulância	OC522/PSL560	12	PÇA	R\$ 20,00	5W40 GASOLINA	40	R\$ 29,33	LT	R\$ 1.413,20
46	Doblo Fiat	OC600 / PSL55	12	PÇA	R\$ 20,00	05W30 GASOLINA	40	R\$ 28,66	LT	R\$ 1.386,40
47	Renault Kangoo	OC309/ PSL77	12	PÇA	R\$ 25,33	10W40 GASOLINA	40	R\$ 27,00	LT	R\$ 1.383,96
48	Ambulância Ducato UTI	OC613/ PSL655	12	PÇA	R\$ 75,33	15W40 DIESEL	72	R\$ 16,50	LT	R\$ 2.091,96
49	Ambulância Ducato	OC613 / PSL655	12	PÇA	R\$ 75,33	15W40 DIESEL	72	R\$ 16,00	LT	R\$ 2.055,96
50	Camionete L200	OC1062 / PSL158	12	PÇA	R\$ 76,00	15W40 DIESEL	96	R\$ 16,00	LT	R\$ 2.448,00
51	Camionete Triton L200 (2)	OC205 / PSL818	24	PÇA	R\$ 25,00	10W30 DIESEL	192	R\$ 22,96	LT	R\$ 5.008,32
52	Camionete GM S10	OC404	12	PÇA	R\$ 79,33	15W40 DIESEL	96	R\$ 16,00	LT	R\$ 2.487,96
53	Gol (2); Saveiro; Parati	OC522 / PSL560	48	PÇA	R\$ 20,00	5W40 GASOLINA	192	R\$ 28,66	LT	R\$ 6.462,72
54	Uno (4); Palio (2); Mobi; Strada (3)	OC600 / PSL55	120	PÇA	R\$ 20,00	5W30 GASOLINA	396	R\$ 28,00	LT	R\$ 13.488,00
55	Mobi (2)	WO121	24	PÇA	R\$ 20,00	0W20	72	R\$ 32,33	LT	R\$ 2.807,76
56	Gol	PSL545	12	PÇA	R\$ 20,00	5W40 GASOLINA	48	R\$ 28,66	LT	R\$ 1.615,68

GRUPO V - ÓLEO LUBRIFICANTE

ITEM	VEÍCULOS	ÓLEO LUBRIFICANTE	QTDE	UND	MÉDIA ESTIMADA	TOTAL ESTIMADO
57	CG TITAN 125 KS CG 125 FAN (quatro) YBR 125K (três) HONDA BIZ 125 (duas)	20W50 4T - GASOLINA	100	LT	R\$ 17,00	R\$ 1.700,00

A EMPRESA LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR NA SESSÃO PÚBLICA O DESEMPENHO, A QUALIDADE E PRODUTIVIDADE COMPATÍVEL COM A MARCA DE REFERÊNCIA, QUE SERÁ AVALIADA POR EQUIPE TÉCNICA DESIGNADA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATALÃO - GO.

PARA OS ITENS ÓLEOS LUBRIFICANTES, ESTES DEVERÃO ESTAR DEVIDAMENTE REGISTRADOS NA AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS

NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – ANP, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE, CUJO NÚMERO DEVERÁ CONSTAR NA PROPOSTA A SER APRESENTADAS PELAS EMPRESAS.

2.1. Consoante valor unitário e valor global demonstrados no MAPA DE APURAÇÃO DE PREÇOS que acompanha o presente Termo de Referência em anexo, o custo máximo aceitável para a aquisição é de **R\$ 160.502,96 (cento e sessenta mil, quinhentos e dois reais e noventa e seis centavos)**.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS ITENS QUE COMPÕEM O OBJETO:

3.1. A troca de óleo e filtros faz parte da sistemática regular de revisões e serviços para garantir as melhores condições de desempenho dos veículos, no que se refere a seu funcionamento, rendimento e segurança, assim como prevenir a ocorrência de defeitos que possam redundar em danos nos componentes, ou mesmo na paralisação dos mesmos;

3.2. A troca de óleo e filtros deve ser realizada com a periodicidade recomendada pelos fabricantes e de acordo com as especificações dos mesmos, e mediante a solicitação do contratante;

3.2.1. As trocas de óleo lubrificante e filtros (Ar, Cabine, Lubrificante) serão executados na sede da empresa vencedora ou representante da mesma, devendo ser sediada no perímetro urbano de Catalão-Go, sem custos adicionais para o Fundo Municipal de Saúde de Catalão - Go;

3.2.2. As trocas deverão ser executadas por funcionários especializados, devendo os filtros aplicados serem compatíveis com cada veículo e com garantia de fábrica;

3.2.3. Os itens que compõe o Grupo IV – Filtro e Óleo Lubrificante deverão necessariamente serem fornecidos pela mesma empresa, pois a troca deverá se dar no mesmo momento.

3.3. Os veículos não poderão ser retirados do local dos serviços antes de sua conclusão, devendo qualquer movimentação ser autorizada previamente pelo Fundo Municipal de Saúde de Catalão - Go;

3.4. As trocas devem ser executadas de acordo com as normas técnicas vigentes, destacando a necessidade de observância aos cuidados necessários tratando-se de veículos de propriedade do Fundo Municipal de Saúde de Catalão-Go;

3.5. Para o Fornecimento dos itens, objeto deste Certame, a Empresa Contratada deverá entregar os itens: Lubrificantes, Filtros diversos dentro dos padrões de qualidade exigidos por lei, conforme legislação específica e de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência.

3.6. Com base na doutrina de Marçal Justen Filho, a referência de marca apresentada nos itens se justifica na especificação do objeto que atenda às necessidades desta Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde de Catalão –Go, pois “Não há infringência quando se elege um produto (serviço, etc.) em virtude das qualidades específicas, utilizando-se sua marca apenas como instrumento de identificação. No caso, não há preferência pela marca, mas pelo objeto. A marca é, tão-somente, o meio pelo qual se individualiza o objeto que se escolheu” (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11^a ed., Editora Dialética, 2001, p. 142).

3.7. A similaridade será regulada pelo critério de analogia, conforme definido a seguir:

3.7.1. Diz-se que dois itens apresentam analogia total ou equivalência se desempenham idêntica função construtiva e apresentam as mesmas características exigidas na especificação.

3.7.2. Diz-se que dois itens apresentam analogia parcial ou semelhança se desempenham idêntica função construtiva, mas não apresentam as mesmas características exigidas na especificação.

3.7.3. Nas especificações, a identificação de itens por determinada marca implica, apenas, a caracterização de uma analogia, ficando a distinção entre equivalência e semelhança subordinada ao Contratante – Fundo Municipal de Saúde de Catalão – Go.

4. MODO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

4.1. A forma de julgamento das Proposta será realizada através do **Menor Preço por Item**.

5. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

5.1. A aquisição dos bens acima elencados atenderá às necessidades de bens de consumo – Filtros de Ar, Filtro de Ar para Cabine, Filtro de Lubrificante e Óleo lubrificante automotivo, os quais constituem itens imprescindíveis à manutenção e uso dos veículos do Fundo Municipal de Saúde de Catalão-Go, seguindo os procedimentos indicados pelos respectivos fabricantes. A Manutenção preventiva e satisfatória reverte-se em economicidade, garantindo a durabilidade do patrimônio público e ainda a segurança aos seus agentes, assegurando a contínua prestação de serviços públicos por esta Secretaria;

5.2. A Secretaria Municipal de Saúde de Catalão – Go, como órgão responsável pela gestão dos serviços públicos de saúde do Município de Catalão – Go, necessita rotineiramente viabilizar o transporte de materiais/insumos, documentos, pacientes para outras Cidades, sendo imprescindível a realização do presente certame licitatório, para garantir a segurança dos motoristas e passageiros e o bom desempenho do veículo durante a execução das atividades administrativas e hospitalares;

5.3. A lubrificação correta pode evitar prejuízos e garantir o bom desempenho do motor do veículo, e, caso não se faça, pode acarretar a fundição do motor;

5.4. Além de ser responsável pela lubrificação, o óleo atua na prevenção do desgaste, da oxidação e da corrosão das peças do motor. Importante acrescentar que, o óleo, além de lubrificar, limpa as superfícies internas do motor e garante seu bom desempenho, isto é, o componente garante o bom desempenho do propulsor e evita prejuízos para órgão contratante. A lubrificação errada, no entanto, pode significar a redução da performance do automóvel, o aumento no consumo de combustível e até mesmo a fundição do motor;

5.5. Uma lubrificação ineficiente pode ser causada por vários fatores, desde o modo de aplicação no motor até a utilização de lubrificantes que não seguem as especificações das montadoras do veículo;

5.6. Todo fabricante estipula um prazo no Manual do Proprietário que deve ser seguido. Normalmente o intervalo indicado é a cada 5 mil km ou 10 mil km e foi assim que se calculou o quantitativo estimado apresentado nos autos, ou seja, a quilometragem que cada veículo irá percorrer no intervalo estimado de 12 (doze) meses.

5.7. Veja, utilizar o óleo além do período recomendado leva à formação de borra e compromete a capacidade de lubrificação das peças internas do motor, já que aumenta o atrito e o desgaste precoce, ou seja, o óleo se contamina e oxida com o passar do tempo;

5.8. Destaca-se que a troca de óleo lubrificante de cada veículo deve ser efetuada por completo, ou seja, não pode ocorrer o complemento do óleo no motor, pois se assim o fizer o produto novo é misturado com o usado e acaba contaminado. O resultado é um lubrificante misto e bem diferente dos dois originais, comprometendo a eficácia e desempenho do motor. Por isso, deve-se trocar todo o óleo do cárter por um novo;

5.9. A escolha para que os itens Filtro de Ar, Filtro de Ar para Cabine, Filtro de Combustível, Filtro de Lubrificante e Óleo Lubrificante sejam substituídos por empresa especializada sediada no perímetro urbano da Cidade de Catalão-Go, se dá em razão de que na

Secretaria Municipal de Saúde não há servidores qualificados para a execução do serviço, além de primar pela economia, pois não seria viável nem vantajoso o deslocamento para outro Município com a finalidade de trocar tais itens.

5.10. Além disso, caso o bujão – conhecido como o parafuso que fecha o dreno do cárter de óleo - seja fechado indevidamente poderá acarretar prejuízos imensuráveis, pois deve ser aparafusado corretamente para evitar vazamentos. Daí a importância de um profissional especializado proceder com a troca de óleo para fechar o bujão sem excesso de força, mas sem deixá-lo frouxo demais;

5.11. Os especialistas recomendam as trocas simultâneas do óleo e do filtro, senão o novo produto pode carregar as impurezas retidas para dentro do motor novamente. O filtro sempre conserva no seu interior um volume residual de óleo oxidado, que contamina o volume de óleo novo, tendendo a acelerar seu processo de envelhecimento;

5.12. Caso a manutenção do veículo – inerente à troca de óleo e filtro lubrificante – não seja executada corretamente, poderá ensejar imensuráveis danos no motor, acarretando prejuízos ao órgão contratante;

5.13. A adoção do SRP – Sistema de Registro de Preços justifica-se pela contratação parcelada para as aquisições dos bens de consumo necessários para a Secretaria Municipal de Saúde de Catalão – Go;

5.14. Esta licitação é exclusiva à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, em conformidade com o artigo 6º do Decreto n.º 8.520 de 2002.

6. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS:

6.1. Nos termos do artigo 1º, parágrafo único da Lei 10.520/2002, declara-se que o objeto a ser licitado possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, sendo possível a realização do procedimento na modalidade Pregão Presencial.

7. HABILITAÇÃO TÉCNICA DAS LICITANTES (QUALIFICAÇÃO TÉCNICA):

7.1. Para fins de comprovação da capacidade técnica as Licitantes deverão apresentar Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de um atestado fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DA PROPOSTA:

8.1. Os óleos lubrificantes deverão estar devidamente registrados na ANP – Agência Nacional de Petróleo, conforme legislação vigente, cujo número deverá constar na proposta a ser apresentada pelas empresas.

9. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

9.1. O prazo de entrega dos bens é de até **10 (dez)** dias, contados da data da solicitação formal;

9.2. Os prazos serão contados a partir da requisição escrita e/ou verbal, realizada pelo Contratante, em remessa parcelada à medida em que houver a necessidade;

9.3. Os pedidos de fornecimento serão realizados de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde de Catalão – Go, mediante a emissão de Ordem de Fornecimento que deverá constar a especificação do Material, Quantidade, Marca, e deverá ser

expedida pela autoridade competente;

9.4. Após o 15º (décimo quinto dia) de atraso, os Itens poderão, a critério do Contratante, não mais ser aceitos, configurando-se a inexecução total do Contrato, com as consequências previstas em lei e neste Termo de Referência;

9.5. A Contratada deverá verificar com os fornecedores/fabricantes dos Itens ofertados, a disponibilidade e prazos de entrega dos mesmos, não podendo alegar, a posteriori, problemas de fornecimento e/ou impossibilidade de aquisição como motivos que justifiquem atrasos no fornecimento;

9.6. Os Itens deverão ser entregues dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos neste Termo de Referência, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação pertinente;

9.7. A troca dos Filtros bem como a retirada do óleo sujo, para a troca do óleo novo, deverá ocorrer na sede da empresa a ser contratada, sem custos adicionais para o Fundo Municipal de Saúde, devendo para tanto estar sediada no perímetro urbano da cidade de Catalão-Go, visando a economicidade, pois, não seria viável nem vantajoso o deslocamento para outro município afim apenas de trocar tais objetos;

9.8. Fornecer os Itens nas embalagens originais e adotar todas as medidas preventivas no sentido de se minimizar acidentes ou danos que venham a comprometer a qualidade e a quantidade fornecida;

9.9. Os Itens deverão possuir, no ato da entrega, quando mencionado, validade remanescente de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total apresentado na embalagem;

9.10. Os Itens serão recebidos **PROVISORIAMENTE** para efeito de verificação da conformidade dos mesmos com as especificações solicitadas;

9.11. E serão aceitos **DEFINITIVAMENTE** após a aferição da qualidade e quantidade e conseqüente aceitação;

9.12. Ocorrendo a rejeição dos Itens, no todo ou em parte, o fornecedor deverá substituí-los no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, se estes apresentarem defeito de fabricação ou divergência relativa ao padrão e norma brasileira vigente ou às especificações constantes do instrumento convocatório, independentemente da quantidade rejeitada, observando as condições estabelecidas para o fornecimento, sob pena de lhe serem aplicadas às sanções administrativas estabelecidas pelas Leis Federais nº 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações.

10. PRAZO DE DURAÇÃO/VIGÊNCIA:

10.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, já computados as eventuais prorrogações.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

11.1. São obrigações do Contratante:

11.1.1. Receber os objetos no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos objetos recebidos com as especificações constantes neste Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento do bem;

11.1.3. Rejeitar no todo ou em parte o objeto que a Contratada entregar fora das especificações deste Termo de Referência;

11.1.4. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

- 11.1.5.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 11.1.6.** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- 11.1.7.** O Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 12.1.** Além das obrigações legais, a Contratada deverá:
- 12.2.** Fornecer os objetos contratados, observando as condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 12.3.** A troca dos Filtros bem como a retirada do óleo sujo, para a troca do óleo novo, deverá ocorrer na sede da empresa a ser contratada, sem custos adicionais para o Fundo Municipal de Saúde de Catalão-Go, devendo para tanto estar sediada no perímetro urbano da cidade, visando a economicidade, pois, não seria viável nem vantajoso o deslocamento para outro município afim apenas de trocar tais objetos;
- 12.4.** A empresa vencedora ficará sujeita a realizar o fornecimento, bem como realizar a troca dos objetos, sendo estes os Filtros e/ou o Lubrificantes;
- 12.5.** Fornecer os objetos em no máximo 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da Nota de Empenho ou da Ordem de Fornecimento;
- 12.6.** Fornecer os objetos rigorosamente com a mesma especificação daqueles aprovados no termos deste Termo de Referência;
- 12.7.** Fornecer os objetos acondicionados em embalagens nas quais deverão constar os dados referentes à identificação, à marca, ao modelo e ao prazo de validade, quando for o caso;
- 12.8.** Fornecer os objetos com validade remanescente de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total apresentado na embalagem;
- 12.9.** Fornecer os objetos definidos neste Termo, de primeira qualidade, observando-se rigorosamente, as características e aprovadas pelo Contratante;
- 12.10.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do bem, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990). O dever previsto nesta alínea implica na obrigação de, a critério do Contratante, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, o produto com avarias ou defeitos;
- 12.11.** Alertar seus empregados acerca da boa conduta, principalmente no tocante à disciplina e discricão da entrega dos Itens;
- 12.12.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.13.** Não transferir por qualquer forma, os direitos e obrigações que o Contrato lhe atribui, sem prévia e expressa anuência do Contratante;
- 12.14.** Não se pronunciar em nome do Contratante, inclusive junto a órgãos de imprensa, sobre quaisquer assuntos relativos à atividade da mesma, guardar sigilo absoluto quanto a quaisquer informações obtidas do Contratante em decorrência do Contrato, bem como não divulgar ou reproduzir quaisquer documentos, instrumentos normativos e materiais encaminhados pelo Contratante;
- 12.15.** Não utilizar o nome do Contratante, ou sua qualidade de fornecedor de Itens para a mesma, em qualquer forma de divulgação de suas atividades, tais como cartões de visita,

anúncios, impressos ou qualquer outro tipo de propaganda;

12.16. Ressarcir toda e qualquer quantia que for efetivamente paga pelo Contratante, em decorrência de ato ou fato culposo e/ou doloso os prestadores de serviços e/ou empregados da Contratada;

12.17. Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os Itens objeto do Contrato. Fica, desde logo, convencionado que o Contratante poderá descontar, de qualquer crédito da Contratada, a importância correspondente a eventuais pagamentos dessa natureza, que venha a efetuar por imposição legal;

12.18. O Contratante poderá, a qualquer tempo, solicitar a cópia de todo e qualquer documento que ateste a regularidade da Contratada;

12.19. Cumprir todas as leis e instrumentos normativos reguladores da sua atividade empresarial, bem como satisfazer, às suas próprias expensas, todas e quaisquer exigências legais decorrentes da execução do Contrato;

12.20. A Contratada é, para todos os fins e efeitos jurídicos, única e exclusiva responsável por seus empregados ou prestadores de serviços, afastada o Contratante, em todas as hipóteses, de qualquer responsabilidade fiscal, trabalhista, comercial, civil, penal, administrativa e previdenciária pelos contratos firmados pela Contratada;

12.21. A Contratada assume inteira responsabilidade por todos e quaisquer danos provocados ao Contratante ou a terceiros, decorrente de atos comissivos e omissivos, praticados por seus sócios, associados, integrantes não sócios, empregados, representantes e prestadores de serviços, por culpa, dolo, negligência ou imprudência, ficando obrigada o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias contados da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, o Contratante reserva-se o direito de descontar o valor do ressarcimento da nota fiscal a ser paga, sem prejuízo de outras sanções legalmente previstas;

12.22. Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo bom comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados pelos mesmos ao Contratante ou a terceiros;

12.23. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho de que venham a ser vítimas seus empregados, quando em serviço;

12.24. Credenciar junto ao Contratante um representante para prestar esclarecimentos e atender a todas as solicitações necessárias para boa execução do Contrato;

12.25. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo Contratante, atendendo prontamente todas as reclamações;

12.26. Cumprir as orientações do Fiscal e do Gestor do Contrato;

12.27. Substituir qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comprometimento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios;

12.28. Observar ou fazer observar, por parte de seus empregados, as normas disciplinares determinadas pelo Contratante;

12.29. Comunicar por escrito, ao Contratante, imediatamente após o fato, qualquer anormalidade ocorrida;

12.30. Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições exigidas à habilitação e à qualificação para o processo licitatório;

12.31. Tomar medidas necessárias ao atendimento de empregados acidentados ou com mal súbito, inclusive atendimento em caso de emergência;

12.32. Observar as determinações do Contratante quanto a permanência e circulação de seus empregados no prédio;

12.33. Não atrasar na implantação de medidas corretivas exigidas pela fiscalização do

Contrato ou na execução de outras obrigações contratuais;

12.34. Não dar causa, por culpa ou dolo, à rescisão contratual;

12.35. Não caucionar ou utilizar o Contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência Do Contratante;

12.36. Fornecer novamente, às suas expensas, os objetos que vierem a ser recusados, sendo que o ato de seu recebimento não importará a sua aceitação, que conforme sua natureza, somente se consumará com o aceite do Contratante. O Contratante terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para o novo fornecimento dos objetos que vierem a ser recusados, caso esse prazo revele-se insuficiente, por razões diversas, caberá à Contratada solicitar um prazo maior, justificando formalmente o motivo da dilação de prazo;

12.37. Cumprir além das normas legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

12.38. Emitir nota fiscal de venda, destacando no campo descrição, o número da nota de empenho ou da ordem de fornecimento a que se refere, o número da ata de registro de preços, o valor de cada bem fornecido, o domicílio bancário do fornecedor (número do banco, nome e número da agência e da conta corrente) e os valores de retenção dos tributos federais, quando for o caso;

12.39. Comunicar ao Contratante, imediatamente, caso fortuito ou de força maior, fato de terceiro, fato do príncipe ou fato da administração que eventualmente, venha a prejudicar o adimplemento de suas obrigações, apresentando documentos comprobatórios em até 5 (cinco) dias consecutivos, a partir da data de sua ocorrência sob pena de não ser considerado para afastamento ou redução da responsabilidade civil e administrativa;

12.40. Comunicar imediatamente qualquer alteração ocorrida no endereço, dados cadastrais e bancários, representantes, sócios e outros julgáveis pertinentes e necessários à boa execução do Contrato;

12.41. Aceitar, nos termos do art. 65 § 1º, da Lei 8.666/93, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato.

13. DO PAGAMENTO:

13.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento;

13.2. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas de comprovante de regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa contratada e de regularidades perante a Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e à Justiça do Trabalho (CNDT), mediante respectivas certidões negativas;

13.3. O pagamento será efetuado após a efetiva entrega dos bens, e a apresentação da respectiva Nota Fiscal, em conformidade com o contrato, em nome do Fundo Municipal de Saúde de Catalão/Go, CNPJ nº 03.532.661/0001-56, com sede administrativa às margens da Br. 050, Km. 278, S/Nº (antigo prédio do DNIT), Setor São Francisco, Catalão/GO, CEP 75.707-270.

14. CONTROLE DA EXECUÇÃO:

14.1. O Contrato será acompanhado por servidor designado pelo Contratante que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados para o fiel cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas (art. 67, parágrafos 1º e 2º da Lei 8.666/93);

14.2. Caberá ao Gestor do Contrato (servidor designado pelo Contratante) observar durante a vigência do Contrato se as obrigações assumidas pela Contratada estão sendo cumpridas;

14.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que: **a)** Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; **b)** Ensejar o retardamento da execução do objeto; **c)** Fraudar na execução do contrato; **d)** Comportar-se de modo inidôneo; **e)** Cometer fraude fiscal; **f)** Não mantiver a proposta;

15.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

15.2.2. Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

15.2.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

15.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

15.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

15.2.6. Impedimento de licitar e contratar com o Município de Catalão, por meio de seus órgãos da Administração Pública Direta e de suas entidades da Administração Pública Indireta;

15.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

15.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:

15.3.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.3.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.3.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente a Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Catalão, 05 de fevereiro de 2019.

Termo de Referência elaborado por: **FERNANDO CESAR DA COSTA.**
Coordenador de Frotas da Secretaria Municipal de Saúde de Catalão.

P á g i n a | 35

Termo de Referência Aprovado por: **VELOMAR GONÇALVES RIOS.**
Secretário Municipal de Saúde de Catalão.
Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Catalão – FMS.

ANEXO AO TERMO DE REFERÊNCIA

VAN

Nº	VEICULO	PLACA	ANO	FILTRO COMBUST.
1	RENAULT	PQT-3651	2016	KX218
2	RENAULT	PQU-7211	2016	KX218
3	DUCATO	OGH-3671	2011	KX208
4	RENAULT M ASTER	PRJ-5664	17/18	KX218
5	RENAULT M ASTER	PRJ-5704	17/18	KX218
6	RENAULT M ASTER	PRJ-5524	17/18	KX218
7	KOMBI LOTACAO	NWH-7361	2010	KL583
8	KOMBI LOTACAO	NKD-2116	2008	KL583
9	KOMBI	NGC-4353	2006	KL583

AMBULANCIAS

Nº	VEICULO	PLACA	ANO	FILTRO COMBUST.
1	S 10	AZR-4112	2015	KX 444D
2	S 10	ONI-2378	2015	KX 444D
3	S 10	FWU-6168	2015	KX 444D
4	PEUGEOT/BOXER F350LH	PQR-8165	2015	KX208
5	SAVEIRO AMBULANCIA	NLR-9039	2011	KL583
6	DOBLO FIAT	NLB-7028	2010	KL582
7	RENAUT KANGOO	OMI 0336	2013	KL583
8	DUCATO UTI	NGV 2947	2007	KX208
9	FIAT DUCATO	PRJ-9314	2017	KX208
10	MASTER FURGAO	PRC 8665	17/18	KX218
11	MASTER FURGAO	PRF 4147	17/18	KX218
12	MASTER FURGAO	PRP6322	2018	KX218
13	DUCATO	OGR-8803	2011	KX208

CAMIONETES

Nº	VEICULO	PLACA	ANO	FILTRO COMBUST.
1	L200	NVQ-6119	2011	KC46
2	TRITON L 200	PRH-1654	17/18	KX268
3	TRITON L 200	PRR- 0342	2018	KX268
4	GM S 10	KFB 3469	2002	KL316

CARROS

Nº	VEICULO	PLACA	ANO	FILTRO COMBUST.
1	GOL	OGY-1211	2012	KL 583
2	SAVEIRO	OGL-8662	2012	KL583
3	UNO MILLE	NKJ-0998	2010	KL582

4	UNO ATTRACTIVE	NVU-1977	2011	KL.582
5	UNO ECONOMY	OGH-6686	2011	KL.582
6	FIAT PALIO WEEKEND	NVO-5742	2011	KL.582
7	PARATI	NGO-2104	2006	KL.583
8	GOL	NWR-9727	2011	KL.583
9	PALIO FIAT	NGB- 5064	2006	KL.582
10	FIAT MOBI	PQF- 4545	2016	KL.582
11	FIAT MOBI	PRH-1374	17/18	KL.582
12	FIAT MOBI	PRH-1544	17/18	KL.582
13	VW GOL	PRM 1742	2018	KL.583
14	STRADA FIRE	NWA-5378	2010	KL.582
15	STRADA TREK	NGD-7385	2006	KL.582
16	STRADA FIRE	NGZ-6311	2007	KL.582
17	UNO ECONOMY	NLR-7253	2009	KL.582

VAN

Nº	VEICULO	PLACA	ANO	FILTRO CABINE
1	RENAULT	PQT-3651	2016	MP276-2
2	RENAULT	PQU-7211	2016	MP276-2
3	DUCATO	OGH-3671	2011	LA 123
4	RENAULT M ASTER	PRJ-5664	17/18	MP 276-2
5	RENAULT M ASTER	PRJ-5704	17/18	MP 276-2
6	RENAULT M ASTER	PRJ-5524	17/18	MP 276-2

AMBULANCIAS

Nº	VEICULO	PLACA	ANO	FILTRO CABINE
1	S 10	AZR-4112	2015	LA909
2	S 10	ONI-2378	2015	LA909
3	S 10	FWU-6168	2015	LA909
4	PEUGEOT/BOXER F350LH	PQR-8165	2015	LA123
5	SAVEIRO AMBULANCIA	NLR-9039	2011	LA120
6	DOBLO FIAT	NLB-7028	2010	LA144
7	RENAUT KANGOO	OMI 0336	2013	ACP 553
8	DUCATO UTI	NGV 2947	2007	LA123
9	FIAT DUCATO	PRJ-9314	2017	LA123
10	MASTER FURGAO	PRC 8665	17/18	MP276-2
11	MASTER FURGAO	PRF 4147	17/18	MP276-2
12	MASTER FURGAO	PRP6322	2018	MP276-2
13	DUCATO	OGR-8803	2011	LA123

CAMIONETES

Nº	VEICULO	PLACA	ANO	FILTRO CABINE
1	L200	NVQ-6119	2011	LAK1003
2	TRITON L 200	PRH-1654	17/18	LAK1003
3	TRITON L 200	PRR- 0342	2018	LAK1003
4	GMS 10	KFB 3469	2002	NÃO USA

CARROS

Nº	VEICULO	PLACA	ANO	FILTRO CABINE
1	GOL	OGY-1211	2012	LA120
2	SAVEIRO	OGL-8662	2012	LA120
3	UNO MILLE	NKJ-0998	2010	LX907
4	UNO ATTRACTIVE	NVU-1977	2011	LX3115
5	UNO ECONOMY	OGH-6686	2011	LX907
6	FIAT PALIO WEEKEND	NVO-5742	2011	MC724
7	PARATI	NGO-2104	2006	LA591
8	GOL	NWR-9727	2011	LA120
9	PALIO FIAT	NGB- 5064	2006	MC724
10	FIAT MOBI	PQF- 4545	2016	LAK633
11	FIAT MOBI	PRH-1374	17/18	LAK633
12	FIAT MOBI	PRH-1544	17/18	LAK633
13	VW GOL	PRM 1742	2018	LA120
14	STRADA FIRE	NWA-5378	2010	MC724
15	STRADA TREK	NGD-7385	2006	MC724
16	STRADA FIRE	NGZ-6311	2007	MC724
17	UNO ECONOMY	NLR-7253	2009	LX907
18	RENAULT CLIO	PQW-2307	2016	LX4367
19	FORD KA	PQY-1637	2016	MC852

VAN

Nº	VEICULO	PLACA	ANO	FILTRO AR
1	RENAULT	PQT-3651	2016	LX1883
2	RENAULT	PQU-7211	2016	LX1883
3	DUCATO	OGH-3671	2011	LX611
4	RENAULT M ASTER	PRJ-5664	17/18	LX1883
5	RENAULT M ASTER	PRJ-5704	17/18	LX1883
6	RENAULT M ASTER	PRJ-5524	17/18	LX1883
7	KOMBI LOTACAO	NWH-7361	2010	LX960
8	KOMBI LOTACAO	NKD-2116	2008	LX960
9	KOMBI	NGC-4353	2006	LX960

AMBULANCIAS

Nº	VEICULO	PLACA	ANO	FILTRO AR
1	S 10	AZR-4112	2015	LX3679
2	S 10	ONI-2378	2015	LX3679
3	S 10	FWU-6168	2015	LX3679
4	PEUGEOT/BOXER F350LH	PQR-8165	2015	LX611
5	SAVEIRO AMBULANCIA	NLR-9039	2011	LX998
6	DOBLO FIAT	NLB-7028	2010	LX908
7	RENAUT KANGOO	OMI 0336	2013	LX773
8	DUCATO UTI	NGV 2947	2007	LX611
9	FIAT DUCATO	PRJ-9314	2017	LX611
10	MASTER FURGAO	PRC 8665	17/18	LX1883
11	MASTER FURGAO	PRF 4147	17/18	LX1883
12	MASTER FURGAO	PRP6322	2018	LX1883
13	DUCATO	OGR-8803	2011	LX611

CAMIONETES

Nº	VEICULO	PLACA	ANO	FILTRO AR
1	L200	NVQ-6119	2011	LX3713
2	TRITON L 200	PRH-1654	17/18	JFA507
3	TRITON L 200	PRR- 0342	2018	JFA507
4	GM S 10	KFB 3469	2002	LX960

CARROS

Nº	VEICULO	PLACA	ANO	FILTRO AR
1	GOL	OGY-1211	2012	LX1779
2	SAVEIRO	OGL-8662	2012	LA998
3	UNO MILLE	NKJ-0998	2010	LX907
4	UNO ATTRACTIVE	NVU-1977	2011	LX3115
5	UNO ECONOMY	OGH-6686	2011	LX907
6	FIAT PALIO WEEKEND	NVO-5742	2011	LX908
7	PARATI	NGO-2104	2006	LX977
8	GOL	NWR-9727	2011	LX1779
9	PALIO FIAT	NGB- 5064	2006	LX908
10	FIAT MOBI	PQF- 4545	2016	ARL4161
11	FIAT MOBI	PRH-1374	17/18	ARL4161
12	FIAT MOBI	PRH-1544	17/18	ARL4161
13	VW GOL	PRM 1742	2018	LX2876

14	STRADA FIRE	NWA-5378	2010	LX908
15	STRADA TREK	NGD-7385	2006	LX908
16	STRADA FIRE	NGZ-6311	2007	LX908
17	UNO ECONOMY	NLR-7253	2009	LX907

ANEXO II.
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO.
(Impresso em papel timbrado da empresa)

Referência: Pregão Presencial nº 050/2019.
Processo nº: 2019007579.

Apresentamos e submetemos à apreciação deste órgão licitante a nossa proposta de preços relativa ao Edital Pregão Presencial em epígrafe, cujo objeto é o Registro de Preços para **futura e eventual** aquisição de filtros de ar, filtros de combustíveis, filtros de óleos lubrificantes e óleos lubrificantes (inclusive a mão de obra para troca dos itens) em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Catalão para o período de 12(doze) meses, que contém as especificações técnicas e comerciais que possibilitaram o preparo da proposta.

Nome da Empresa Participante:							
Local e Data:							
Razão Social:							
CNPJ nº							
Referências Bancárias para pagamento: Conta nº		Agência		Banco			
Endereço Completo:							
Telefone:							
Dados do Representante Legal	Nome:						
	Endereço:						
	Profissão:			RG nº		CPF nº	
	E-mail:			Tel.:		Tel.:	
ITEM	VEICULO	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Van Renault (2); Van Renault Master (3); Ambulância Master Furgão (3)	Filtro de combustível PC 947 / KX 218 ou similar	PÇA	96		R\$	R\$
2	Van Ducato; Ambulância Ducato UTI; Ambulância Fiat Ducato; Ambulância Ducato; Ambulância Peugeot/ Boxer f350LH	Filtro de combustível PEC3023 / KX 208 ou similar	PÇA	60		R\$	R\$
3	Kombi; Kombi Lotação (2); Ambulância Saveiro; Ambulância Renault Kangoo; Gol (3); Saveiro; Parati	Filtro de combustível KL583 ou similar	PÇA	120		R\$	R\$
4	Ambulância S10 (3)	Filtro de combustível FCD777 / KX444D 2 pc ou similar	PÇA	36		R\$	R\$
5	Ambulância Doblo; Uno (4); Palio (2); Mobi (3); Strada (3)	Filtro de combustível KL582 ou similar	PÇA	156		R\$	R\$
6	Camionete Triton L200 (2)	Filtro de combustível PC949 / KX 268 ou similar	PÇA	24		R\$	R\$
7	Camionete L200	Filtro de combustível PSC890 / KC 46 ou similar	PÇA	12		R\$	R\$
8	Camionete S10	Filtro de combustível PSC 498/ KL 316 ou similar	PÇA	12		R\$	R\$
9	Ônibus M. BENZ 313	Filtro de combustível PEC3022 / KX67/2D ou similar	PÇA	12		R\$	R\$
10	Ônibus M. BENZ OF 1318	Filtro de combustível FC161 / KX43 ou similar	PÇA	12		R\$	R\$
11	Van Renault (2); Van Renault Master (3); Ambulância Master Furgão (3)	Filtro de ar FA1455 / LX1883 ou similar	PÇA	96		R\$	R\$
12	Van Ducato	Filtro de ar LX 611 ou similar	PÇA	12		R\$	R\$
13	Camionete S10	Filtro de ar ARS 2868 / LX 960 ou similar	PÇA	12		R\$	R\$
14	Kombi; Kombi Lotação (2)	Filtro de ar ARS 2868 / LX 960 ou similar	PÇA	36		R\$	R\$
15	Ambulância S10 (3)	Filtro de ar ARS 2870 / LX 3679 ou similar	PÇA	36		R\$	R\$
16	Ambulância Peugeot; Ambulância Ducato UTI; Ambulância Ducato Fiat; Ambulância Ducato	Filtro de ar ARS 1013/ LX 611 ou similar	PÇA	48		R\$	R\$
17	Ambulância Saveiro	Filtro de ar ART 6098 / LX 998 ou similar	PÇA	12		R\$	R\$
18	Ambulância Doblo, Strada (3) e Palio (2)	Filtro de ar ARL 4150 / LX 908 ou similar	PÇA	72		R\$	R\$
19	Ambulância Renault Kangoo;	Filtro de ar ART 5051/ LX 773 ou similar	PÇA	12		R\$	R\$
20	Camionete L200	Filtro de ar JFA500 / LX 3713 ou similar	PÇA	12		R\$	R\$
21	Camionete Triton L200 (2)	Filtro de ar JFA 507 ou similar	PÇA	24		R\$	R\$
22	Gol (2)	Filtro de ar LX1779 ou similar	PÇA	24		R\$	R\$
23	Uno (3)	Filtro de ar LX 907 ou similar	PÇA	36		R\$	R\$
24	Uno	Filtro de ar LX 3115 ou similar	PÇA	12		R\$	R\$
25	Parati	Filtro de ar LX 977 ou similar	PÇA	12		R\$	R\$
26	Mobi (3)	Filtro de ar FAP 2829 / ARL 4161 ou similar	PÇA	36		R\$	R\$

27	Gol	Filtro de ar ARL 6080 / LX 2876 ou similar	PÇA	12		R\$	R\$
28	Ônibus M. BENZ 313	Filtro de ar LX 1056 ou similar	PÇA	12		R\$	R\$
29	Ônibus M. BENZ OF 1318	Filtro de ar LX 265 ou similar	PÇA	12		R\$	R\$
30	Van Ducato, Ambulância Ducato UTI; Ambulância Fiat Ducato, Ambulância Ducato	Filtro de ar para cabine ACP105 / LA123 ou similar	PÇA	48		R\$	R\$
31	Ambulância S10 (3)	Filtro de ar para cabine ACP816 / LA909 ou similar	PÇA	36		R\$	R\$
32	Gol (2); Saveiro; Saveiro Ambulância	Filtro de ar para cabine ACP303 / LA120 ou similar	PÇA	48		R\$	R\$
33	Ambulância Doblo	Filtro de ar para cabine ACP131 / LA 144 ou similar	PÇA	12		R\$	R\$
34	Gol	Filtro de ar para cabine ACP303 / LA120 ou similar	PÇA	12		R\$	R\$
35	Camionete Triton L200 (2); Camionete L200	Filtro de ar para cabine LAK1003 ou similar	PÇA	36		R\$	R\$
36	Palio (2); Strada (3)	Filtro de ar para cabine ACP103 / MC724 ou similar	PÇA	60		R\$	R\$
37	Mobi (3)	Filtro de ar para cabine ACP906 / LAK633 ou similar	PÇA	36		R\$	R\$
38	Parati	Filtro de ar para cabine ACP305 / LA591 ou similar	PÇA	12		R\$	R\$

ITEM	VEÍCULOS	FILTRO	QTD E	UN D	VALOR UNITÁRIO	MARCA	Nº DO REGISTRO	ÓLEO	QTDE	VALOR UNITÁRIO	UND	MARCA	VALOR TOTAL
39	Van Renault (2); Van Renault Master (3)	PEL678/OX389 D ou SIMILAR	60	PÇA	R\$			05W40 - DIESEL	468	R\$	LT		R\$
40	Ambulância Master Furgão (3)	PEL678/OX389 D ou SIMILAR	36	PÇA	R\$			05W40 - DIESEL	324	R\$	LT		R\$
41	Van Ducato	PSL657/OC122 2 ou SIMILAR	12	PÇA	R\$			15W40 DIESEL	72	R\$	LT		R\$
42	Kombi (3)	OC522/PSL560	36	PÇA	R\$			5W40 GASOLINA	120	R\$	LT		R\$
43	Ambulância S10 (3)	OX1016D/PEL 726 OU SIMILAR	36	PÇA	R\$			DEXOS 2 05W30	216	R\$	LT		R\$
44	Peugeot/Boxer F 350LH; Ambulância Fiat Ducato	OC1222/ PSL657	24	PÇA	R\$			05w30 DIESEL	144	R\$	LT		R\$
45	Saveiro ambulância	OC522/PSL560	12	PÇA	R\$			5W40 GASOLINA	40	R\$	LT		R\$
46	Doblo Fiat	OC600 / PSL55	12	PÇA	R\$			05W30 GASOLINA	40	R\$	LT		R\$
47	Renault Kangoo	OC309/ PSL77	12	PÇA	R\$			10W40 GASOLINA	40	R\$	LT		R\$
48	Ambulância Ducato UTI	OC613/ PSL655	12	PÇA	R\$			15W40 DIESEL	72	R\$	LT		R\$
49	Ambulância Ducato	OC613 / PSL655	12	PÇA	R\$			15W40 DIESEL	72	R\$	LT		R\$
50	Camionete L200	OC1062 / PSL158	12	PÇA	R\$			15W40 DIESEL	96	R\$	LT		R\$
51	Camionete Triton L200 (2)	OC205 / PSL818	24	PÇA	R\$			10W30 DIESEL	192	R\$	LT		R\$
52	Camionete GM S10	OC404	12	PÇA	R\$			15W40 DIESEL	96	R\$	LT		R\$
53	Gol (2); Saveiro; Parati	OC522 / PSL560	48	PÇA	R\$			5W40 GASOLINA	192	R\$	LT		R\$
54	Uno (4); Palio (2); Mobi; Strada (3)	OC600 / PSL55	120	PÇA	R\$			5W30 GASOLINA	396	R\$	LT		R\$
55	Mobi (2)	WO121	24	PÇA	R\$			0W20	72	R\$	LT		R\$
56	Gol	PSL545	12	PÇA	R\$			5W40 GASOLINA	48	R\$	LT		R\$

ITEM	VEÍCULOS	ÓLEO LUBRIFICANTE	QTDE	UND	MARCA	Nº DO REGISTRO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
57	CG TITAN 125 KS CG 125 FAN (quatro) YBR 125K (três) HONDA BIZ 125 (duas)	20W50 4T - GASOLINA	100	LT			R\$	R\$

OS ÓLEOS LUBRIFICANTES DEVERÃO ESTAR DEVIDAMENTE REGISTRADOS NA AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – ANP, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE, CUJO NÚMERO DEVERÁ CONSTAR NA PROPOSTA A SER APRESENTADAS PELAS EMPRESAS.

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ 00.000,00 (valor total por extenso)

Página | 43

Município de Catalão, Estado de Goiás – CNPJ nº 01.505.643/0001-50.

Rua Nassin Agel, nº 505, Setor Central, Catalão/GO.

Núcleo de Editais e Pregões – Fone: (64) 3441-5081 – nucleoeditaispregoes@catalao.go.gov.br.

Declaramos que,

- a) O prazo de validade da proposta **é de 60 (sessenta) dias**, contados a partir da data de sua apresentação e excluídos os prazos recursais previstos na legislação em vigor.
- b) Nos preços fornecidos consideram-se incluídas todas as despesas, inclusive as de escritório, expediente, fretes, descargas, seguros, fornecimento de mão-de-obra, prestação de garantia de fábrica e assistência técnica, materiais, máquinas e equipamentos necessários, tributos, encargos de leis sociais, e quaisquer outras despesas acessórias e necessárias não especificadas neste edital, relativas ao objeto desta licitação, sendo de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- c) temos capacidade técnico-operacional para prestar o fornecimento dos produtos para os quais apresentamos nossa proposta.
- d) Prazo de entrega será de acordo com o estipulado no edital e anexos.

Declaramos ainda estarmos de acordo e cientes com todas as exigências estipuladas no Edital.

Catalão, ____ de _____ de _____.

Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa
(Com carimbo da empresa)

**ANEXO III.
MINUTA DO CONTRATO DE COMPRA.
Nº ___/2019.**

Termo de contrato de compra que entre si fazem o _____
e a empresa _____.

CONTRATANTE: O ____, pessoa jurídica de direito ____, inscrito no CNPJ sob o nº ____, com sede à ____, neste ato representada pelo Secretário (a), **Sr. (a) (...)**, brasileiro, servidor público municipal, portador do RG nº (...) e CPF nº (...) residente e domiciliado nesta cidade de Catalão.

CONTRATADO: o(a) inscrito (a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº residente e domiciliado nesta cidade de

Tendo em vista o que consta no **Processo nº 2019007579** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Presencial – SRP - nº 050/2019**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

1.1. O objeto do presente instrumento é a **compra** de (...), que será entregue nas condições estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Instrumento Convocatório do certame que deu origem a este instrumento contratual.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Instrumento Convocatório (**Pregão – SRP - nº 050/2019**) e seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA:

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato tem início na data de sua assinatura e encerramento em 31 de dezembro de 2019.

2.2. A entrega dos produtos será iniciada após a assinatura deste contrato e emissão da ordem de fornecimento, estipulando-se como prazo para a entrega dos produtos aquele descrito no Termo de Referência.

2.3. A prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato será precedida da correspondente adequação do pactuado, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo, observando, especialmente, as orientações do TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS, em sua INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 010/2015 e alterações posteriores.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO:

3.1. O valor total da contratação é de R\$ (.....)

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do índice

INPC. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Catalão - FMS, para o exercício de 2019, na classificação abaixo:

Projeto Atividade: XX. Dotação Orçamentária: XX.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO:

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital e/ou Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA – CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO:

6.1. A disciplina inerente ao controle e fiscalização da execução contratual é aquela prevista no Termo de Referência, anexo do Edital.

6.2. De acordo com a Portaria nº incumbe ao servidor a fiscalização e controle da execução deste contrato, parte integrante do certame.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:

7.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital, ratificando que o contratado deve manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.2. Além das obrigações estipuladas no Termo de Referência (Anexo I), a contratada fica OBRIGADA a apresentar, no ATO DA ASSINATURA DESTE CONTRATO, os seguintes documentos atualizados:

7.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – **CNPJ**;

7.2.2. Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social (**INSS**) e Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, por meio de Certidão unificada expedida Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (www.pgfn.fazenda.gov.br) e Quitação de Tributos e Contribuições Federais, expedida pela Receita Federal (www.receita.fazenda.gov.br); ou Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

7.2.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, por meio do Certificado de Regularidade do **FGTS** (CRF), expedida pela Caixa Econômica Federal (www.caixa.gov.br) ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor na data de encerramento do prazo de entrega dos envelopes;

7.2.4. Prova de Regularidade para com a **Fazenda Estadual**, por meio de Certidão em relação a tributos estaduais (ICMS), expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da licitante;

7.2.5. Prova de Regularidade para com a **Fazenda Municipal**, por meio de Certidão em relação a tributos Municipais, expedida pela Prefeitura do domicílio ou sede da licitante;

7.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT**, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.jus.br; www.csjt.jus.br ou www.trt2.jus.br), conforme Lei nº 12.440 de 07/07/2011 e Resolução Administrativa TST nº 1470/2011;

7.2.7. Certidão negativa de pedido de FALÊNCIA e RECUPERAÇÃO JUDICIAL expedida pelo distribuidor da comarca da **SEDE DA LICITANTE**.

7.2.7.1. Estão dispensadas da apresentação da Certidão negativa de falência de que trata o subitem anterior a Empresa em processo de recuperação judicial, desde que apresentem certidão emitida pela instância judicial que certifique sua aptidão econômica para firmar o contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

8.1. As alterações neste instrumento contratual que forem necessárias para a plena execução de suas finalidades, deverão obedecer aos ditames legais contidos no art. 65 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sempre devidamente fundamentadas e autorizadas pelas partes integrantes do presente pacto.

9. CLÁUSULA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO:

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência e Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DAS ALTERAÇÕES:

11.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, devendo ser formalizadas em procedimento próprio.

11.2. A assinatura do presente Contrato implica a concordância da Contratada com o estipulado nos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este ajuste.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS VEDAÇÕES:

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.2. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.3. Interromper a entrega sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

13.1. A disciplina inerente ao recebimento do objeto é aquela prevista no Termo de Referência, anexo do Edital.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RESCISÃO:

14.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

14.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

14.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.4. O termo de rescisão, sempre que possível, deverá indicar:

14.5. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos em relação ao cronograma físico-financeiro, atualizado;

- 14.6. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
14.7. Indenizações e multas.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO:

15.1. Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no site oficial do Município de Catalão, no placar do prédio da Prefeitura de Catalão, bem como registrá-lo no site do TCM/GO (IN 010.2015, art. 2º).

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO:

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Comarca de Catalão, Estado de Goiás.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Catalão-GO, de..... de 2019.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ . CPF: _____

2. _____ . CPF: _____

**ANEXO IV.
MINUTA DA ATA.
PREGÃO PRESENCIAL nº 050/2019.**

Modalidade: **Pregão Presencial - Sistema de Registro de Preços**
Tipo: **Menor Preço por Item.**

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATALÃO - FMS, CNPJ nº 03.532.661/0001-56, com sede administrativa às margens da Br. 050, Km. 278, S/Nº (**antigo prédio do DNIT**), **Setor São Francisco, Catalão/Go, CEP 75.707-270**, por meio de seu Secretário Municipal de Saúde. Considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma presencial, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 050/2019, publicada em / /2019**, processo administrativo nº **2019007579, RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, no Decreto Federal nº 3.555/2000, Decreto Federal nº 7.892/2013, Decreto Federal nº 8.250/2014, Decreto Federal nº 8.538/2015, Decreto Municipal nº 576/2013 e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO FUNDAMENTO LEGAL:

A presente Ata de Registro de Preços decorre de **Adjucação do Pregão Presencial - SRP nº 050/2019**, na forma da Lei nº 10.520/02 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, e **Ato de Ratificação de seu respectivo gestor, conforme Termo de Homologação de / /2019**, do qual passa a fazer parte integrante esta Ata de Registro de Preços com força de Instrumento Contratual.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. O Objeto desta Ata é o Registro de Preços para **futura e eventual** aquisição de filtros de ar, filtros de combustíveis, filtros de óleos lubrificantes e óleos lubrificantes (inclusive a mão de obra para troca dos itens) em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Catalão para o período de 12(doze) meses, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste Instrumento, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde de Catalão para o período de 12(doze) meses, em conformidade com as especificações contidas no **Edital do Pregão Presencial - SRP nº 050/2019** e seus Anexos.

1.2. O Fundo Municipal de Saúde de Catalão - FMS não se obriga a adquirir a quantidade total ou parcial do objeto adjudicado constante do Edital e da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E PUBLICIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

2.1. Esta Ata de Registro de Preços deverá ser assinada por representante legal, diretor, ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de cédula de identidade.

2.2. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses.

2.2.1. A Ata de Registro de Preços referente ao **Pregão Presencial - SRP nº 050/2019**, terá seu extrato publicado Diário Oficial do Estado de Goiás, no Diário Oficial da União (quando necessário), e a sua íntegra, após assinada e homologada, será disponibilizada no site oficial do Município de Catalão - GO durante sua vigência.

2.2.2. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços **não será superior a 12 (doze) meses**, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.
2.3. Se durante a vigência da Ata de Registro de Preços for constatado que os preços registrados estão superiores aos de mercado, caberá a Secretaria Municipal de Saúde e ao Fundo Municipal de Saúde de Catalão - FMS convocar os fornecedores registrados para negociar o novo valor.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORNECIMENTO, DO RECEBIMENTO E DO ACEITE DO OBJETO:

3.1. O prazo de entrega dos bens é de até **10 (dez) dias**, contados da data da solicitação formal;
3.2. Os prazos serão contados a partir da requisição escrita e/ou verbal, realizada pelo Contratante, em remessa parcelada à medida em que houver a necessidade;
3.3. Os pedidos de fornecimento serão realizados de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde de Catalão – Go, mediante a emissão de Ordem de Fornecimento que deverá constar a especificação do Material, Quantidade, Marca, e deverá ser expedida pela autoridade competente;
3.4. Após o 15º (décimo quinto dia) de atraso, os Itens poderão, a critério do Contratante, não mais ser aceitos, configurando-se a inexecução total do Contrato, com as consequências previstas em lei e neste Termo de Referência;
3.5. A Contratada deverá verificar com os fornecedores/fabricantes dos Itens ofertados, a disponibilidade e prazos de entrega dos mesmos, não podendo alegar, a posteriori, problemas de fornecimento e/ou impossibilidade de aquisição como motivos que justifiquem atrasos no fornecimento;
3.6. Os Itens deverão ser entregues dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos neste Termo de Referência, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação pertinente;
3.7. A troca dos Filtros bem como a retirada do óleo sujo, para a troca do óleo novo, deverá ocorrer na sede da empresa a ser contratada, sem custos adicionais para o Fundo Municipal de Saúde, devendo para tanto estar sediada no perímetro urbano da cidade de Catalão-Go, visando a economicidade, pois, não seria viável nem vantajoso o deslocamento para outro município afim apenas de trocar tais objetos;
3.8. Fornecer os Itens nas embalagens originais e adotar todas as medidas preventivas no sentido de se minimizar acidentes ou danos que venham a comprometer a qualidade e a quantidade fornecida;
3.9. Os Itens deverão possuir, no ato da entrega, quando mencionado, validade remanescente de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total apresentado na embalagem;
3.10. Os Itens serão recebidos **PROVISORIAMENTE** para efeito de verificação da conformidade dos mesmos com as especificações solicitadas;
3.11. E serão aceitos **DEFINITIVAMENTE** após a aferição da qualidade e quantidade e consequente aceitação;
3.12. Ocorrendo a rejeição dos Itens, no todo ou em parte, o fornecedor deverá substituí-los no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, se estes apresentarem defeito de fabricação ou divergência relativa ao padrão e norma brasileira vigente ou às especificações constantes do instrumento convocatório, independentemente da quantidade rejeitada, observando as condições estabelecidas para o fornecimento, sob pena de lhe serem aplicadas às sanções administrativas estabelecidas pelas Leis Federais nº 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS REGISTRADOS E DA FORMA DE PAGAMENTO:

4.1. O pagamento das faturas às licitantes vencedoras será efetuado, mensalmente, mediante a apresentação da Nota Fiscal referente ao total de produtos fornecidos no período anterior, que será conferida e atestada por responsável da Secretaria Municipal de Saúde, juntamente com as Requisições de Fornecimento emitidas pelo Departamento responsável, devidamente assinada por servidor público municipal identificado e autorizado para tal.

4.2. O prazo para a efetivação do pagamento referente aos fornecimentos solicitados e devidamente fornecidos **será de até 30 (trinta) dias**, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento e não haja fator impeditivo provocado pela licitante fornecedora, referente a entrega efetiva de cada parcela de compra, através de transferência eletrônica, conforme legislação vigente, mediante apresentação de Notas Fiscais, devidamente atestadas pelo Setor competente, em letra bem legível, sem rasuras, juntamente com comprovantes de regularidade fiscal.

4.2.1. As notas fiscais deverão ser emitidas nominalmente para a administração conforme o montante dos quantitativos totais das respectivas requisições ou solicitações de entregas referente ao período anterior.

4.3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, que poderá ser compensada com os pagamentos pendentes, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

4.4. Cada Nota Fiscal deverá vir acompanhada, para liquidação, de Certidão Negativa de Tributos e Certidão Negativa de Dívida Ativa, emitida pela Secretaria de Finanças.

4.5. A Nota Fiscal/Fatura emitida pela fornecedora deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do Pregão, nº da Ata de Registro de Preços e da Nota de Empenho, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento e fornecimento dos produtos e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

4.6. Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedores e as demais condições ofertadas nas propostas são as que seguem:

ITEM	VEICULO	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	MARCA	EMPRESA	CNPJ Nº	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Van Renault (2); Van Renault Master (3); Ambulância Master Furgão (3)	Filtro de combustível PC 947 / KX 218 ou similar	PÇA	96				R\$	R\$
2	Van Ducato; Ambulância Ducato UTI; Ambulância Fiat Ducato; Ambulância Ducato; Ambulância Peugeot/ Boxer f350LH	Filtro de combustível PEC3023 / KX 208 ou similar	PÇA	60				R\$	R\$
3	Kombi; Kombi Lotação (2); Ambulância Saveiro; Ambulância Renault Kangoo; Gol (3); Saveiro; Parati	Filtro de combustível KL583 ou similar	PÇA	120				R\$	R\$
4	Ambulância S10 (3)	Filtro de combustível FCD777 / KX444D 2 pç ou similar	PÇA	36				R\$	R\$
5	Ambulância Doblo; Uno (4); Palio (2); Mobi (3); Strada (3)	Filtro de combustível KL582 ou similar	PÇA	156				R\$	R\$
6	Camionete Triton L200 (2)	Filtro de combustível PC949 / KX 268 ou similar	PÇA	24				R\$	R\$
7	Camionete L200	Filtro de combustível PSC890 / KC 46 ou similar	PÇA	12				R\$	R\$
8	Camionete S10	Filtro de combustível PSC 498/ KL 316 ou similar	PÇA	12				R\$	R\$
9	Ônibus M. BENZ 313	Filtro de combustível PEC3022 / KX67/2D ou similar	PÇA	12				R\$	R\$
10	Ônibus M. BENZ OF 1318	Filtro de combustível FC161 / KX43 ou similar	PÇA	12				R\$	R\$
11	Van Renault (2); Van Renault Master (3); Ambulância Master Furgão (3)	Filtro de ar FA1455 / LX1883 ou similar	PÇA	96				R\$	R\$
12	Van Ducato	Filtro de ar LX 611 ou similar	PÇA	12				R\$	R\$
13	Camionete S10	Filtro de ar ARS 2868 / LX 960 ou similar	PÇA	12				R\$	R\$
14	Kombi; Kombi Lotação (2)	Filtro de ar ARS 2868 / LX 960 ou similar	PÇA	36				R\$	R\$
15	Ambulância S10 (3)	Filtro de ar ARS 2870 / LX 3679 ou similar	PÇA	36				R\$	R\$
16	Ambulância Peugeot; Ambulância Ducato UTI; Ambulância Ducato Fiat; Ambulância Ducato	Filtro de ar ARS 1013/ LX 611 ou similar	PÇA	48				R\$	R\$

17	Ambulância Saveiro	Filtro de ar ART 6098 / LX 998 ou similar	PÇA	12									R\$	R\$
18	Ambulância Doblo, Strada (3) e Palio (2)	Filtro de ar ARL 4150 / LX 908 ou similar	PÇA	72									R\$	R\$
19	Ambulância Renault Kangoo;	Filtro de ar ART 5051/ LX 773 ou similar	PÇA	12									R\$	R\$
20	Camionete L200	Filtro de ar JFA500 / LX 3715 ou similar	PÇA	12									R\$	R\$
21	Camionete Triton L200 (2)	Filtro de ar JFA 507 ou similar	PÇA	24									R\$	R\$
22	Gol (2)	Filtro de ar LX1779 ou similar	PÇA	24									R\$	R\$
23	Uno (3)	Filtro de ar LX 907 ou similar	PÇA	36									R\$	R\$
24	Uno	Filtro de ar LX 3115 ou similar	PÇA	12									R\$	R\$
25	Parati	Filtro de ar LX 977 ou similar	PÇA	12									R\$	R\$
26	Mobi (3)	Filtro de ar FAP 2829 / ARL 4161 ou similar	PÇA	36									R\$	R\$
27	Gol	Filtro de ar ARL 6080 / LX 2876 ou similar	PÇA	12									R\$	R\$
28	Ônibus M. BENZ 313	Filtro de ar LX 1056 ou similar	PÇA	12									R\$	R\$
29	Ônibus M. BENZ OF 1318	Filtro de ar LX 265 ou similar	PÇA	12									R\$	R\$
30	Van Ducato, Ambulância Ducato UTI; Ambulância Fiat Ducato, Ambulância Ducato	Filtro de ar para cabine ACP105 / LA123 ou similar	PÇA	48									R\$	R\$
31	Ambulância S10 (3)	Filtro de ar para cabine ACP816 / LA909 ou similar	PÇA	36									R\$	R\$
32	Gol (2); Saveiro; Saveiro Ambulância	Filtro de ar para cabine ACP303 / LA120 ou similar	PÇA	48									R\$	R\$
33	Ambulância Doblo	Filtro de ar para cabine ACP131 / LA 144 ou similar	PÇA	12									R\$	R\$
34	Gol	Filtro de ar para cabine ACP303 / LA120 ou similar	PÇA	12									R\$	R\$
35	Camionete Triton L200 (2); Camionete L200	Filtro de ar para cabine LAK1003 ou similar	PÇA	36									R\$	R\$
36	Palio (2); Strada (3)	Filtro de ar para cabine ACP103 / MC724 ou similar	PÇA	60									R\$	R\$
37	Mobi (3)	Filtro de ar para cabine ACP906 / LAK633 ou similar	PÇA	36									R\$	R\$
38	Parati	Filtro de ar para cabine ACP305 / LA591 ou similar	PÇA	12									R\$	R\$

ITEM	VEÍCULOS	FILTRO	QTD E	UND	VALOR UNITÁRIO	MARCA	Nº DO REGISTRO	ÓLEO	QTDE	VALOR UNITÁRIO	UND	MARCA	VALOR TOTAL	EMPRESA	CNPJ Nº
39	Van Renault (2); Van Renault Master (3)	PEL678/OX 389D ou SIMILAR	60	PÇA	R\$			05W40 - DIESE L	468	R\$	LT		R\$		
40	Ambulância Master Furgão (3)	PEL678/OX 389D ou SIMILAR	36	PÇA	R\$			05W40 - DIESE L	324	R\$	LT		R\$		
41	Van Ducato	PSL657/OC1 222 ou SIMILAR	12	PÇA	R\$			15W40 DIESE L	72	R\$	LT		R\$		
42	Kombi (3)	OC522/PSL5 60	36	PÇA	R\$			5W40 GASO LINA	120	R\$	LT		R\$		
43	Ambulância S10 (3)	OX1016D/P EL726 OU SIMILAR	36	PÇA	R\$			DEXO S 2 05W30	216	R\$	LT		R\$		
44	Peugeot/Boxer F 350LH; Ambulância Fiat Ducato	OC1222/ PSL657	24	PÇA	R\$			05w30 DIESE L	144	R\$	LT		R\$		
45	Saveiro ambulância	OC522/PSL5 60	12	PÇA	R\$			5W40 GASO LINA	40	R\$	LT		R\$		
46	Doblo Fiat	OC600 / PSL55	12	PÇA	R\$			05W30 GASO LINA	40	R\$	LT		R\$		
47	Renault Kangoo	OC309/ PSL77	12	PÇA	R\$			10W40 GASO LINA	40	R\$	LT		R\$		
48	Ambulância Ducato UTI	OC613/ PSL655	12	PÇA	R\$			15W40 DIESE L	72	R\$	LT		R\$		
49	Ambulância Ducato	OC613 / PSL655	12	PÇA	R\$			15W40 DIESE L	72	R\$	LT		R\$		
50	Camionete L200	OC1062 / PSL158	12	PÇA	R\$			15W40 DIESE L	96	R\$	LT		R\$		

51	Camionete Triton L200 (2)	OC205 / PSL818	24	PÇA	R\$			10W30 DIESE L	192	R\$	LT		R\$	
52	Camionete GM S10	OC404	12	PÇA	R\$			15W40 DIESE L	96	R\$	LT		R\$	
53	Gol (2); Saveiro; Parati	OC522 / PSL560	48	PÇA	R\$			5W40 GASO LINA	192	R\$	LT		R\$	
54	Uno (4); Palio (2); Mobi; Strada (3)	OC600 / PSL55	120	PÇA	R\$			5W30 GASO LINA	396	R\$	LT		R\$	
55	Mobi (2)	WO121	24	PÇA	R\$			0W20	72	R\$	LT		R\$	
56	Gol	PSL545	12	PÇA	R\$			5W40 GASO LINA	48	R\$	LT		R\$	

ITEM	VEÍCULOS	ÓLEO LUBRIFICANTE	QTDE	UND	MARCA	Nº DO REGISTRO	EMPRESA	CNPJ Nº	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
57	CG TITAN 125 KS	20W50 4T - GASOLINA	100	LT					R\$	R\$
	CG 125 FAN (quatro)									
	YBR 125K (três)									
	HONDA BIZ 125 (duas)									

VALOR TOTAL DA ATA: R\$ _____.

CLÁUSULA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS:

5.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas na Lei nº 8.666/93, no Decreto Federal nº 7.892/2013 e no Decreto Federal nº 8.250/2014.

5.2. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços são fixos e irrevogáveis, salvo com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante requerimento e justificativa expressos do Fornecedor e comprovação documental, decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

5.2.1. Notas fiscais de fornecedores são insuficientes, por si sós, para caracterizar qualquer uma das hipóteses legais para o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato (fatos imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato de príncipe), que deve estar demonstrada por meio da quantificação dos efeitos que extrapolaram as condições normais de execução e prejudicarem o equilíbrio global do contrato. Sendo assim, para se aplicar o reequilíbrio econômico-financeiro por meio da recomposição, necessário a demonstração de análise global dos custos da avença (margem de lucro, composição de impostos, despesas administrativas, entre outras) incluindo todos os insumos relevantes de forma que reste comprovado que as alterações nos custos estejam acarretando o retardamento ou a inexecução do ajustado na avença.

5.3. O gerenciador da ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata.

5.4. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Departamento de Compras e Suprimentos da Secretaria Municipal de Saúde de Catalão, por intermédio do órgão gerenciador da ata de registro de preços.

5.6. Se ocorrer do preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

b) Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.7. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.8. O registro do fornecedor será cancelado mediante formalização por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando o fornecedor:

a) descumprir as condições da ata de registro de preços;

b) não retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou

b) A pedido do fornecedor.

CLÁUSULA SEXTA - DOS ENCARGOS:

6.1. Nos valores registrados quanto aos produtos a serem fornecidos, incluem-se todos e quaisquer encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, fretes, seguros e mão de obra.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E RECURSOS:

7.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos das dotações orçamentárias afetas ao Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Catalão – FMS, conforme o **Pregão Presencial - SRP nº 050/2019**.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

8. 1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/93, são obrigações:

8.1.1. DA FORNECEDORA/BENEFICIÁRIA:

a) Fornecer com pontualidade os produtos solicitados conforme solicitação ou requisição de entrega emitida pela contratante devidamente assinada por servidor competente para tal;

b) Comunicar imediatamente e por escrito à Secretaria Municipal de Saúde de Catalão, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

c) Atender com prontidão às reclamações por parte do recebedor dos produtos, objeto da presente Ata;

d) Manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação;

e) Comunicar à Secretaria Municipal de Saúde de Catalão modificação em seu endereço ou informações de contato, sob pena de se considerar perfeita a notificação realizada no endereço constante nesta Ata;

8.1.2. Todos os impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais e trabalhistas, que incidam ou venham a incidir sobre a presente Ata de Registro de Preços ou decorrentes de sua execução serão de exclusiva responsabilidade da empresa Fornecedor.

8.2. DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA:

- a) Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Fornecedora/Detentora desde que não haja impedimento legal para o fato;
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução desta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93;
- c) Notificar, formal e tempestivamente a Fornecedora/Detentora sobre as irregularidades observadas no cumprimento desta Ata;
- d) Notificar a Fornecedora/Detentora por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- e) Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;
- f) Prestar à contratada todos os esclarecimentos necessários à execução da Ata de Registro de Preço;
- g) Arcar com as despesas de publicação do extrato desta Ata;
- h) Manter atualizada a listagem de preços que contemple a relação dos itens, para os fins previstos nesta Ata;
- i) Emitir requisição dos produtos e dos serviços solicitados para entrega e execução.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

9.1. A Ata de Registro de Preço poderá ser rescindida de pleno direito:

9.1.1. Pela Secretaria Municipal de Saúde de Catalão independentemente de interpelação judicial, precedido de processo administrativo com ampla defesa, quando:

9.1.1.1. A Detentora não cumprir as obrigações constantes da Ata de Registro de Preços;

9.1.1.2. A Detentora não formalizar Ata de Registro de Preços decorrente ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Secretaria Municipal de Saúde de Catalão;

9.1.1.3. A Detentora der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços;

9.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços;

9.1.1.5. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aquele praticado no mercado;

9.1.1.6. Por razões de interesse público, devidamente justificado pela Secretaria Municipal de Saúde de Catalão;

9.1.1.7. No caso de falência ou instauração de insolvência e dissolução da sociedade da empresa Fornecedora;

9.1.1.8. Caso ocorra transferência a terceiros, ainda que em parte, das obrigações assumidas pela empresa detentora.

9.2. Pela Detentora quando:

9.2.1. Mediante solicitação escrita, comprovar a ocorrência de caso fortuito ou força maior.

9.3. A solicitação da Detentora para cancelamento do preço registrado deverá ocorrer antes do pedido de fornecimento pela contratante.

9.4. A inexecução total ou parcial das obrigações pactuadas na presente Ata de Registro de Preços enseja a rescisão do objeto, unilateralmente pela Secretaria Municipal de Saúde de Catalão, ou bilateralmente, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou no Ato Convocatório, mediante formalização e assegurados o contraditório e ampla defesa, com fundamento nos arts. 77 e 78 da Lei 8.666/93, contudo, sempre atendida à conveniência administrativa.

9.5. Poderá ainda ser rescindidos por mútuo consentimento, ou unilateralmente pela Secretaria Municipal de Saúde de Catalão, a qualquer tempo, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias à CONTRATADA, por motivo de interesse público e demais hipóteses previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, ou ainda, judicialmente, nos termos da legislação pertinente.

9.6. Da rescisão procedida com base nesta cláusula não incidirá multa ou indenização de qualquer natureza.

9.7. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos em Lei, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao Registro de Preços;

9.8. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE:

10.1. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preço qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante previa consulta ao Órgão Gerenciador da Ata e anuência da empresa beneficiária, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as regras contidas na Lei nº 10.520/2002, na Lei nº 8.666/1993, no Decreto Federal nº 7.892/2013, no Decreto Federal nº 8.250/2014, Decreto Municipal nº 576/2013 e demais normas em vigor e respectivas atualizações.

10.2. Os órgãos que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

10.3. Poderá o beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o art. 22 do Decreto Federal nº 7.892/2013 (**Alterações feitas pelo Decreto Federal nº 9.488 de 30 de agosto de 2018**), não poderão exceder, por órgão, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da Ata.

10.7. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES:

11.1. Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, a Secretaria Municipal de Saúde de Catalão, o Fundo Municipal de Saúde de Catalão – FMS ou o Município de Catalão poderá sujeitar a Detentora/Contratada às penalidades seguintes:

a) Suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município de Catalão - GO, pelo prazo de até 2 (dois) anos (art. 87 III, da Lei 8.666/93), em função da natureza e da gravidade da falta cometida ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da

punição à pessoa física ou jurídica que praticar quaisquer atos previstos no art. 7º da Lei nº 10.520/2002;

b) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública, considerando, para tanto, reincidência de faltas, sua natureza e gravidade. O ato da declaração de inidoneidade será proferido por Autoridade Superior na esfera municipal, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

11.2. Pelo atraso injustificado na execução do ajuste, a Detentora/Contratada incorrerá em multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor ajustado, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos incidentes, se destacados em documento fiscal.

11.3. Pela inexecução total ou parcial do ajuste a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.

11.4. A aplicação das multas independe de qualquer interpelação judicial, precedida de processo administrativo com ampla defesa, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa.

11.5. As multas e penalidades serão aplicadas sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis.

11.6. A Detentora/Contratada será notificada, por escrito para recolhimento da multa aplicada, o que deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis dessa notificação. Se não ocorrer o recolhimento da multa no prazo fixado, o seu valor será deduzido das faturas remanescentes.

11.7. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, podendo a Administração aplicar as penalidades cabíveis.

11.8. Pelo descumprimento das obrigações assumidas a licitante estará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR:

12.1. O órgão Gerenciador desta Ata de Registro de preços é a Secretaria Municipal de Saúde de Catalão – Fundo Municipal de Saúde de Catalão - FMS.

12.2. São obrigações do Órgão Gerenciador e do Gerenciador da Ata de Registro de Preços, a prática de todos os atos de controle e administração da Ata de Registro de Preço, nos termos do Decreto Federal nº 7.892/2013, as seguintes obrigações:

a) Gerenciar a presente ata, indicando sempre que solicitado, o nome do detentor da ata, o preço e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) Observar que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas;

c) Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação as novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

d) Acompanhar a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata;

e) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata;

f) Consultar o detentor da ata registrada (observando a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer os produtos a outro(s) órgão da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

13.1. Reger-se-á a presente Ata de Registro de Preços, no que for omissivo, pelas disposições constantes na Lei nº 10.520/2002, na Lei Complementar nº 123/2006, no Decreto Federal nº 7.892/2013, no Decreto Federal nº 8.250/2014, Decreto Municipal nº 576/2013 e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666/1993, respectivas atualizações e demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo no **Edital do Pregão Presencial - SRP nº 050/2019**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO:

14.1. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Catalão - GO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.2. Justos e acordados firmam o presente, em quatro vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Catalão, GO, aos _____ dias do mês de _____ de 2019.

ÓRGÃO GERENCIADOR

EMPRESAS
DETENTORAS DA ATA SRP

Testemunhas:

1. _____ CPF: _____

2. _____ CPF: _____

ANEXO V.
MODELO DE PROCURAÇÃO
(Impresso em papel timbrado da empresa)

Referência: Pregão Presencial nº 050/2019.
Processo nº: 2019007579.

OUTORGANTE: (nome, endereço, razão social da empresa com demais informações cabíveis de natureza legal).

OUTORGADO: (nome e qualificação).

OBJETO: Representar a outorgante perante o Município de Catalão – Fundo Municipal de Saúde de Catalão - FMS.

PODERES: Retirar editais, apresentar documentação e proposta, participar de sessões públicas de habilitação e julgamento da documentação e das propostas de preços, assinar as respectivas atas, registrar ocorrências, formular impugnações, lances verbais, interpor recursos, renunciar o direito de recurso, bem como assinar contratos e quaisquer documentos, indispensáveis ao fiel cumprimento do presente mandato.

Local e data

Obs. devidamente ASSINADA e CARIMBADA pelo representante legal.

**ANEXO VI.
MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS DA
HABILITAÇÃO.**

(Impresso em papel timbrado da empresa)

**Referência: Pregão Presencial nº 050/2019.
Processo nº: 2019007579.**

A empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, por intermédio do seu representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) do RG nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que não está impedida de participar de licitações promovidas pela Prefeitura Municipal de Catalão – Fundo Municipal de Saúde de Catalão - FMS, e nem foi declarada inidônea para licitar, inexistindo até a presente data fatos impeditivos para sua habilitação ou que invalide a sua participação no certame licitatório, **Pregão Presencial nº 050/2019**, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data

Obs. devidamente ASSINADA e CARIMBADA pelo representante legal.

ANEXO VII.
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENORES (art. 7º,
XXXIII CF).**

(Impresso em papel timbrado da empresa)

Referência: Pregão Presencial nº 050/2019.
Processo nº: 2019007579.

A empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, por intermédio do seu representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) do RG nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA** para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/99 e inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menores de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ()
(assinalar com “x” a ressalva acima, caso verdadeira)

Local e data

Obs. devidamente ASSINADA e CARIMBADA pelo representante legal.

ANEXO VIII.

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPREENDEDOR
INDIVIDUAL, MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE.**

(Impresso em papel timbrado da empresa)

Referência: Pregão Presencial nº 050/2019.

Processo nº: 2019007579.

A empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, por seu representante legal abaixo assinado, Sr.(a) _____, portador(a) do RG nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para os fins do Edital do **Pregão Presencial nº 050/2019**, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar 147, de 07/08/2014;

MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

EQUIPARADOS.

Declara ainda que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 daquela Lei Complementar, não se enquadrando em quaisquer vedações constantes no § 4º do art. 3º da referida lei.

Local e data

Obs. devidamente ASSINADA e CARIMBADA pelo representante legal.

ANEXO IX.

DECLARAÇÃO REFERENTE AO ARTIGO 9º, III, DA LEI Nº 8.666/93.

(Impresso em papel timbrado da empresa)

Referência: Pregão Presencial nº 050/2019.

Processo nº: 2019007579.

A empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, por seu representante legal abaixo assinado, Sr.(a) _____, portador(a) do RG nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, sob as penalidades cabíveis, que não possui dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do quadro técnico que sejam servidores da Administração Direta ou Indireta.

Local e data

Obs. devidamente ASSINADA e CARIMBADA pelo representante legal.

ANEXOX.
MINUTA DE PORTARIA DE FISCAL E SUPLENTE DO CONTRATO.

PORTARIA n° _____ de ____ de _____ de 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE (...), nomeado pelo Decreto n° _____, no uso das atribuições de gestor municipal, e de acordo com o previsto no Art. 67 da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e legislação correlata, **RESOLVE**:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados, para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no Contrato n° _____, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Catalão - FMS e a empresa _____, CNPJ n° _____, cujo objeto é a entrega de _____:

FUNÇÃO	NOME	CPF n°
Fiscal		
Suplente		

Art. 2º - Para efeito desta Portaria, considera-se:

I – **Gestor**: é a autoridade que pratica atos de gestão, podendo ou não exercer a função de ordenador de despesas;¹

II – **Fiscal**: servidor designado para auxiliar o Gestor quanto à fiscalização do objeto do contrato e demais aspectos administrativos do contrato.

Art. 3º Determinar a inclusão de cópia desta Portaria nos autos do processo licitatório.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE (...)

¹ Art. 1º, inciso III da Instrução Normativa 002/2013 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás.